

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO

JÚLIA BRANDÃO KASHIWAGURA

ECOTURISMO NA RAIA DIVISÓRIA SÃO PAULO –
PARANÁ – MATO GROSSO DO SUL: PARQUE
ESTADUAL DO MORRO DO DIABO E PARQUE
ESTADUAL DAS VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA

Maringá – PR
2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO

JÚLIA BRANDÃO KASHIWAGURA

ECOTURISMO NA RAIA DIVISÓRIA SÃO PAULO –
PARANÁ – MATO GROSSO DO SUL: PARQUE
ESTADUAL DO MORRO DO DIABO E PARQUE
ESTADUAL DAS VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado em Geografia) Área de concentração: Análise Regional e Ambiental do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos

Maringá – PR
2010

“ECOTURISMO NA RAIA DIVISÓRIA SÃO PAULO-PARANÁ-MATO GROSSO DO
SUL: PARQUE ESTADUAL DO MORRO DO DIABO E PARQUE ESTADUAL DAS
VÁRZEAS DO RIO IVINHEIMA”

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade
Estadual de Maringá, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de
concentração: Análise Regional e Ambiental.

Aprovada em 18 de março de 2010.

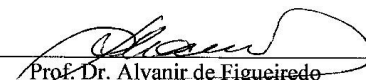
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos
Orientadora-presidente
Universidade Estadual de Maringá



Profª Drª Angela Maria Endlich
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Alvanir de Figueiredo
Membro convidado
UNESP – Presidente Prudente

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Municipal de São Miguel do Iguaçu – PR., Brasil)

K19e Kashiwagura, Júlia Brandão
Ecoturismo na raia divisória São Paulo - Paraná – Mato Grosso do Sul: Parque Estadual do Morro do Diabo e Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema / Júlia Brandão Kashiwagura. – – Maringá, 2010.
102 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Programa de Pós-Graduação, 2010.
Orientador: Profº. Drº. Messias Modesto dos Passos

Bibliografia

1. Turismo : Atrativos turísticos. 2. Roteiro turístico. 3. Unidades de Conservação. I. Título. II. Maringá-Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

CDD 338.4791

*Dedico este trabalho aos meus pais,
Ana Luiza e Jorge.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Ana Luiza e Jorge, pelo apoio moral, pela confiança e pela ajuda financeira, acreditando que o estudo é o melhor caminho para o crescimento pessoal e social de um ser humano. Aos meus irmãos Felipe e Daniel e minha cunhada Flávia pelas conversas e pelo afeto, mesmo que à longa distância.

Agradeço o meu companheiro Raniere, pelas incontáveis horas de diálogo, pela paciência, pelas alegrias e respeito às diferenças. Por me ajudar a não desistir de lutar pela felicidade e pela paz interior. Amor não se agradece, se vive.

Agradeço minhas amigas de longa e breve data, que mesmo sem citar os nomes, elas sabem que o carinho e a amizade verdadeira me deram forças para continuar.

Agradeço ao Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos pela orientação.

Agradeço ao Prof. Dr. Edson Luis Piroli por nos acompanhar no trajeto ao Rio Baía e fornecer informações sobre o local.

Agradeço ao Coordenador Regional da Fundação Florestal, à diretora do Parque Estadual do Morro do Diabo, à turismóloga Juliana Ferreira Castro, por autorizarem, receberem e fornecerem informações a respeito do Parque Estadual do Morro do Diabo. Aos demais funcionários e voluntários do parque, obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa tem como áreas de estudo o Parque Estadual do Morro do Diabo, símbolo de resistência da Mata Atlântica encontrada na região do Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo, onde são realizadas pesquisas científicas e atividades de ecoturismo; e o último segmento do rio Baía localizado no Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema (MS). Um local peculiar por apresentar algumas características ao do Pantanal Mato-Grossense. Ambas inseridas na Raia Divisória São Paulo- Paraná- Mato Grosso do Sul. Os objetivos específicos propostos foram: realizar um levantamento e análise das potencialidades e atrativos turísticos; identificar as formas de gerenciamento do uso público; e elaborar uma proposta de roteiro turístico a partir das principais cidades da região em direção ao Parque Estadual do Morro do Diabo, o município de Rosana e seu distrito Primavera até chegar ao rio Baía, e assim, contribuir para a elaboração de projetos ecoturísticos, desenvolvimento de políticas públicas e parcerias na Raia Divisória SP-PR-MS. O procedimento metodológico foi utilizado a partir de um roteiro de pesquisa da autora RUSCHMANN (1997), levantou-se a bibliografia específica para a construção da fundamentação teórica e caracterização das áreas; o trabalho de campo para levantar os potenciais turísticos. Para a construção da proposta de roteiro turístico foram utilizadas bases do *software Google Earth*, finalizadas em ambiente *Corel Draw*. Ao final da pesquisa constatou-se o potencial e os atrativos de cada área o que possibilitou a elaboração de um modelo de Roteiro Ecoturístico na Raia Divisória SP-PR-MS.

Palavras - chave: ecoturismo, unidades de conservação, roteiro turístico.

ABSTRACT

This research studies the area of the State Park of Morro do Diabo, a symbol of resistance found in the Atlantic Forest, in the region of Pontal do Paranapanema, state of São Paulo, where occurs scientific researches and ecotourism activities; and the last segment of the Bahia River, located in the Wetland State Park of Ivinhema River (MS). A peculiar place, that presents some original characteristics of the Pantanal Mato Grossense. Both places are located in the boundary between São Paulo - Paraná - Mato Grosso do Sul. The specific objectives of this paper, were: the development of a survey and an analysis of the potentials and tourist attractions; to identify the management system forms of the public use; and to propose a tourist route based on the main cities, converging to the State Park of Morro do Diabo, the Rosana City and its district Primavera, to the Bahia river, contributing to region by giving the possibility of formulation of ecotouristic projects, development of public policies and partnerships in the boundary between the states of São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. The methodological procedure was adopted according to a script created by RUSCHMANN (1997), a specific bibliographic review was made to give basis to the theoretical part and physic characterizations and some visits to the area to collect data about the local touristic potential. For the development of the tourist route, were utilized data of the software Google Earth and for the final touch, the software Corel Drawn. The results revealed the potential and the attractions of each area, which allowed the development of a model of ecotouristic route in the boundary SP-PR-MS.

Keywords: ecotourism, conservation units, tourist route.

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Rio Paraná.....	63
Foto 2. Ilha dos Pneus.....	64
Foto 3. Banco feito de madeira na Ilha dos Pneus.....	64
Foto 4. Praia próxima a Porto Rico/PR frequentada por turistas e vendedores.....	65
Foto 5. Macaco bugio.....	66
Foto 6. Tuiuiú.....	66
Foto 7. Cervo-do-Pantanal.....	67
Foto 8. Macrófitas aquáticas.....	68
Foto 9. Encontro dos Rios Paraná e Paranapanema.....	69
Foto 10. Vista aérea do Morro do Diabo.....	78
Foto 11. Vista do ponto mais alto do Morro do Diabo.....	79
Foto 12. Centro de visitantes.....	80
Foto 13. Animais do Museu Natural do PEMD.....	80
Foto 14. Mapa de localização e informações do PEMD.....	81
Foto 15. Placa em forma de anta para explicar um crime ambiental.....	82
Foto 16. Cemitério simbólico de animais mortos por atropelamento e caçadores.....	82
Foto 17. Placa indicando a entrada da Trilha da Lagoa Verde.....	83
Foto 18. Grupo escolar monitorado por guia do PEMD.....	84
Foto 19. Marcas de garras deixadas pela onça-pintada na trilha Barreiro da Anta.....	85
Foto 20. Passarela de madeira na trilha Barreiro da Anta.....	86
Foto 21. Pegada de onça-pintada encontrada na trilha Barreiro da Anta.....	86
Foto 22. Balneário Municipal de Rosana.....	88
Foto 23. Parte interna do Museu de Memória Regional.....	89
Foto 24. Barragem da Hidrelétrica Eng.º. Sérgio Motta.....	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização da Raia Divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul.....	48
Figura 2. Localização das áreas de influência do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema.....	50
Figura 3. Localização do PEMD no Pontal do Paranapanema.....	54
Figura 4. Localização e vias internas do PEMD.....	55
Figura 5. Proposta de Roteiro Ecoturístico na Raia Divisória SP-PR-MS.....	92
Figura 6. Pontos que podem ser visitados na proposta de Roteiro Ecoturístico na Raia Divisória SP-PR-MS.....	93
Figura 7. Figuras dos pontos da proposta de roteiro ecoturístico na Raia Divisória SP-PR-MS.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Divisão das Unidades de Conservação pelo SNUC	24
Quadro 2. Características das Unidades de Proteção Integral.....	25
Quadro 3. Características das Unidades de Uso Sustentável.....	26
Quadro 4. Parques Naturales por comunidades.....	34
Quadro 5. Parques Nacionales Españoles.....	35
Quadro 6. Objetivos de cada estratégia.....	46
Quadro 7. Características da vegetação do PEVRI.....	52
Quadro 8. Trilhas do Parque do Morro do Diabo.....	72

LISTA DE SIGLAS

CESP – Companhia Energética de São Paulo
CIT – Centro de Interpretação da Torre
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAH – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano
CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
EUROPARC – Federação da Natureza e Parques Nacionais da Europa
IAP – Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
NATUR – Natureza Turística de Rosana
NUPÉLIA – Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura
ONG – organização não governamental
OSPAR – Convênio para a Proteção do Meio Ambiente Marinho do Atlântico do Nordeste
PEMD – Parque Estadual do Morro do Diabo
PEVRI – Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema
PNSE – Parque Natural da Serra da Estrela
PNTN – Programa Nacional de Turismo de Natureza
RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC – Unidades de Conservação
UHE – usina hidrelétrica
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
WWF Brasil – Fundo Mundial da Natureza
ZEPIM – Zonas Especialmente Protegidas para o Mediterrâneo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
1.1 Conceitos e abordagens.....	18
1.1.1 Turismo, Imagem e Paisagem.....	21
1.1.2 As Unidades de Conservação.....	23
1.2 Europa: início e desenvolvimento do turismo.....	28
1.2.1 Turismo em áreas naturais protegidas na Europa.....	31
1.2.1.1 Portugal.....	32
1.2.1.2 Espanha.....	33
1.3 Turismo em Unidades de Conservação no Brasil.....	36
1.3.1 Os Domínios de Natureza.....	36
1.3.2 Ecoturismo no Brasil.....	39
1.3.3 Destinos de ecoturismo no Brasil.....	41
1.3.3.1 O Parque Nacional do Pantanal – Mato Grosso do Sul.....	41
1.3.3.2 Parque Nacional do Iguaçu – Paraná.....	42
1.3.3.3 Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – Amazonas.....	43
2. MATERIAIS E MÉTODOS.....	45
3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE ESTUDO.....	47
3.1 A RAIA DIVISÓRIA SÃO PAULO – PARANÁ – MATO GROSSO DO SUL.....	47
3.2 O PARQUE ESTADUAL DAS VÁRZEAS DO IVINHEMA.....	50
3.2.1 Localização e Área de Influência.....	50
3.2.2 Caracterização Ambiental.....	51
3.3 O PARQUE ESTADUAL DO MORRO DO DIABO.....	53
3.3.1 Localização e Área de Influência.....	53
3.3.2 Caracterização Ambiental.....	55
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	57
4.1 PARQUE ESTADUAL DAS VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA.....	57
4.1.1 Atrativos das Áreas de Influência.....	58
4.1.2 Programa de Uso Público.....	59
4.1.3 Subprograma de Recreação.....	60
4.1.4 Subprograma de Interpretação e Educação Ambiental.....	61

4.1.5 Levantamento da potencialidade e atrativos turísticos no rio Baía.....	62
4.2 PARQUE ESTADUAL DO MORRO DO DIABO.....	70
4.2.1 Programa de Uso Público.....	72
4.2.2 Subprograma de Recreação e Turismo Ecológico.....	74
4.2.3 Subprograma de Eventos.....	75
4.2.4 Subprograma de Interpretação da Natureza.....	76
4.2.5 Subprograma de Educação Ambiental.....	76
4.2.6 Levantamento da potencialidade e atrativos turísticos no PEMD.....	78
4.3 Proposta de roteiro turístico x contribuição das universidades e municípios.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
Referências.....	99

INTRODUÇÃO

O estudo do turismo em unidades de conservação (UC) necessita de uma análise de como aquele espaço é apropriado. A utilização dos recursos naturais como forma de atividade econômica torna o turismo, mais precisamente o ecoturismo, um dos grandes fenômenos desse século. São inúmeros os atrativos anunciados pelas mídias, merecendo destaque a *web*, com o surgimento de *sites* desenvolvidos especificamente para essa área e que também abordam temas relacionados, como a educação ambiental, o aquecimento global, práticas sociais, entre outros.

Atualmente, o movimento em prol da preservação da natureza tornou-se um grande *marketing* positivo em diversas áreas, não apenas no turismo. Participar de ONGs (organização não governamental) ambientais, defender a utilização de sacolas retornáveis, publicar informativos de como economizar água, entre outros, chamam atenção do público para a aquisição do produto anunciado. Algumas questões devem ser levantadas, saber se realmente aquela empresa durante a fabricação das suas mercadorias, respeita as legislações ambientais. O produto final pode mascarar uma forma irresponsável da sua criação, no turismo não é diferente.

Trabalhar com turismo em unidades de conservação exige desenvolvimento de pesquisas científicas, profissionais capacitados de diversas áreas (turismo, geografia, biologia, publicidade, e afins); agentes da comunidade que se identificam com o local e estejam preocupados com a preservação da natureza. Conta principalmente com a participação de órgãos governamentais, empresas privadas e universidades.

A presente pesquisa tem como áreas de estudo o Parque Estadual do Morro do Diabo (SP) e o último segmento do rio Baía localizado no Parque Estadual das Várzeas do Ivinhema (MS). O recorte geográfico das unidades está inserido no projeto “Dinâmicas Socioambientais, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade na Raia Divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul”, sob coordenação do Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos apoiado pela FAPESP (Processo: 05/55505-3).

O trabalho teve como objetivos realizar um levantamento e análise das potencialidades e atrativos turísticos, identificar as formas de gerenciamento do uso público de cada parque e realizar uma proposta de roteiro turístico partindo das principais cidades da região em direção ao Parque Estadual do Morro do Diabo, Rosana, Primavera e rio Baía para contribuir para

região inserida na Raia Divisória SP-PR-MS, a elaboração de projetos ecoturísticos, desenvolvimento de políticas públicas e parcerias entre os estados.

A fundamentação teórica aborda conceitos considerados importantes para a melhor compreensão desta pesquisa. Os primeiros passos da atividade turística na história da Europa e o desenvolvimento do turismo em áreas naturais européias, tendo como exemplo os países de Portugal e Espanha. São apresentadas informações a respeito do turismo em unidades de conservação no Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e três exemplos de destinos ecoturísticos: Pantanal, Parque Nacional de Foz do Iguaçu e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Conceitos e abordagens

O turismo apresenta-se como um fenômeno social dinâmico e integrador por englobar diversos ramos de atividades. Para uma melhor compreensão sobre a temática da pesquisa, faz-se necessário a abordagens de alguns conceitos do turismo. Não há comprovação exata de datas do seu aparecimento na história, porém, relatos deixam a entender que as intenções de muitas viagens já estavam vinculadas a busca do descanso e do prazer.

O conceito *turismo* surge no século XVII na Inglaterra, referido a um tipo especial de viagem. A palavra *tour* é de origem francesa, como muitas palavras do inglês moderno que definem conceitos ligados à riqueza e à classe privilegiada. A palavra *tour* quer dizer *volta* e tem seu equivalente no inglês *turn*, e no latim *tornare*. O pesquisador Arthur Haulot acredita que a origem da palavra está no hebraico *Tur* que aparece na Bíblia com o significado de viagem do reconhecimento. (BARRETO, p.43, 1995).

As viagens existiram desde o surgimento do homem e o turismo que se conhece nos dias atuais é uma invenção do capitalismo. É necessário esclarecer que os conceitos de turismo e lazer são diferentes. O turismo é uma forma de praticar o lazer com o deslocamento e consumo. O lazer é uma condição que todas as pessoas têm o direito de usufruir sem praticar turismo. Pode ser vivido na cidade que se reside sem consumir algum bem ou serviço. (CORIOLANO, 2007).

Existem inúmeros motivos para que sejam realizadas viagens: trabalho, saúde, estudos, entre outros. As motivações podem ser pessoais, como a busca de respostas para um autoconhecimento. Por uma razão ou outra, os indivíduos realizam o turismo às vezes, sem perceber, explorando o local visitado. O texto que segue está baseado no entendimento do turismo como o:

[...] deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (DE LA TORRE, 1992, p.9 apud BARRETO, 1995, p.13).

O turismo recebe algumas classificações dependendo da magnitude das viagens. Pode ser local quando ocorre em municípios vizinhos; regional ao visitar locais que estejam de 200 a 300 km de distância da residência do turista; doméstico quando ocorre dentro do país de origem; e internacional quando se viaja fora do país de residência. Os fluxos turísticos são divididos em emissivo e receptivo. O primeiro refere-se à saída de turistas que residem em uma localidade e o segundo fluxo, a entrada de turistas em um determinado local. (IGNARRA, 2003).

Para que haja um planejamento eficaz dessa atividade e sua ordenação no território brasileiro, o Ministério do Turismo trabalha com regiões turísticas e seus diversos segmentos, o que o possibilita realizar programas de gestão.

Região turística é o espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território, delimitado para fins de planejamento e gestão. Assim, a integração de municípios de um ou mais estados, ou de um ou mais países, pode constituir uma região turística. (BRASIL, 2007).

A partir da década de 1970, surgiu uma série de acontecimentos e discussões a respeito das questões ambientais mundiais como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH) realizada em Estocolmo em 1972. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como rio 92 e Eco 92, resultou na criação da Agenda 21 Global. O documento é um instrumento para que sejam realizados programas que conciliem a justiça social, a proteção da natureza e a eficiência econômica.

A Agenda 21 Brasileira foi aprovada em 2002 e aponta como um dos meios de conservação da biodiversidade do país, o desenvolvimento do plano nacional de ecoturismo para que haja a criação de novos postos de empregos, entrada de divisas e garantir a conservação das áreas de interesse ecológico e socioculturais. Incentivando o desenvolvimento das Agendas 21 locais.

Ao perceber a importância de se aprofundar sobre tais questões, o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, organizaram um Grupo de Trabalho formado por profissionais do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), e dos Ministérios para propor uma Política Nacional de Ecoturismo.

Em 1994 foram lançadas as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, os objetivos consistem em: proporcionar melhores condições de vida para a comunidade local;

usar o ecoturismo como ferramenta para valorizar os recursos naturais; gerar uma fonte de riqueza, empregos e divisas à nação; e deixar para as próximas gerações a oportunidade de conhecer os patrimônios naturais preservados. (BRASIL, 1994). A conceituação de ecoturismo proposto pelas Diretrizes abrange diversos aspectos que resultaram na seguinte definição:

Dessa forma, para os fins de implementação de uma política nacional, conceitua-se, neste documento, o ecoturismo como um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. (BRASIL, 1994).

Diante do seu crescimento, muitos roteiros são elaborados para facilitar e chamar atenção aos destinos ecoturísticos. Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007), o roteiro turístico é um itinerário que se caracteriza por um ou mais elementos que lhe atribuem identidade, definido e estruturado para planejamento, promoção, gestão e comercialização turística.

Segundo Beni (1997) o turismo pode gerar impactos positivos como a difusão da informação sobre uma região ou localidade, seus valores sociais, culturais e naturais; gerar desenvolvimento econômico e cultural na região; integrar socialmente e em alguns casos, incrementar a consciência nacional; desenvolver a criatividade em diversos campos; promover o sentimento de liberdade ao estender os contatos culturais, estimulando o interesse pelas viagens.

Os impactos negativos podem resultar na degradação dos recursos naturais; perda da autenticidade da cultura local; a falsa descrição de um turista de um determinado local, por falta de informações; a comunidade local não receber benefícios direto dos turistas ou do sistema de turismo do município; disfunção social na família e desintegração da comunidade; e dependência do capital estrangeiro. (BENI, 1997).

1.1.1 Turismo, Imagem e Paisagem

O turismo é uma atividade econômica que utiliza o a paisagem como produto de comercialização. É uma relação complexa por envolver questões sociais e ambientais, e provocar mudanças na estruturas físicas e comerciais dos locais. O turismo se apropria da imagem e o ecoturismo busca a imagem dos recursos naturais em seu estado mais selvagem, ou seja, com pouca interferência humana.

O turismo aborda conceitos geográficos considerados básicos para a compreensão da sua dinâmica no espaço: espaço geográfico; organização espacial; tempo; espaço rural e urbano; lugar; território; territorialidade; território turístico; desterritorializar e reterritorializar; paisagem; produção espacial; técnica; natureza; patrimônio histórico e artístico; sentimento de patrimônio; comunidade; turismo comunitário; arranjo produtivo; litoral, região; regionalização; cidade; cultura; mundo; local; população; rede; relação sociedade/natureza; e unidade Geoambiental. (CORIOLANO, SILVA, 2005).

O espaço e a paisagem são considerados fatores econômicos, seja ela formada pelos recursos naturais ou urbanos. O que se vende é a imagem daquele local, por isso a importância da escolha de uma paisagem peculiar que chame a atenção dos consumidores, pois cada indivíduo possui expectativas diferentes de um mesmo destino, é preciso de alguma maneira trabalhar com o lado cognitivo de cada um. Porém, sua concepção e sua relação com o meio vão além, pois reflete o modo de vida de uma sociedade e traz consigo as marcas da história. Para Bertrand (1971, p.2):

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

É preciso ir mais além às definições com a dicotomia paisagem natural e paisagem artificial. Na maioria dos programas de *marketing* de turismo voltado para destinos como praia e montanha, são utilizados *slogans* chamando-os de “verdadeiros paraísos naturais” que deixa a entender que o destino sofre pouca ou quase nenhuma intervenção humana. Para Santos (1988, p.23):

A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social.

Segundo Yáziği (2002, 1999), a paisagem sob a perspectiva do turismo é a busca de outro lugar, em outra posição geográfica, carregada de histórias e costumes diferentes. Viver a rotina de outros indivíduos. Lugares que são revelados por suas paisagens e carregadas de informações, mesmo que não sejam completas. Essas viagens são impulsionadas pelo cotidiano das pessoas que podem proporcionar certa monotonia. Essa herança histórica é afirmada por Ab'Sáber (2003, p.09):

Todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza – mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou outro – atingem a idéia de que a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades.

A percepção de cada visitante diante de uma paisagem demonstra a relação que cada um tem com o meio. O odor, os sons, os elementos naturais podem agradar ou não em graus diferentes. O ecoturista busca esse contato físico e a contemplação cênica, uma forma de trazer para perto de si o silêncio de uma mata, a imagem de um animal silvestre e o cheiro de terra úmida. Lugares completamente diferentes das suas casas construídas por tijolo e cimento em, muitos casos, nas grandes metrópoles. Segundo Santos (2004, p. 10):

A imagem turística pode ser classificada de três formas: a global corresponde às aspirações profundas, aos estereótipos que transcendem a conduta turística regional ou nacional e estão relacionados aos imperativos biológicos do espaço do homem; a tradicional se fixa lentamente ao longo do tempo e a cultura dos turistas lhes permite saborear essas imagens e; a atual, relativa ao espaço criado pela mídia, que segue os padrões de modismo e padrões e beleza da sociedade atual.

A procura por essas paisagens exóticas ocorre e, por muitas vezes, de forma drástica. A história do turismo também é marcada pelo vandalismo ao patrimônio cultural e ambiental e conseqüentemente, pela paisagem. Não são apenas as agressões geradas por pessoas diretamente aos elementos físicos em atos de violência como depredações e “pichações”. Mas

também, as transformações paisagísticas provocadas pelas atividades econômicas que movimentam as rendas nacionais, como por exemplo, a construção dos grandiosos *resorts* nas beiras das praias.

Todos os membros da sociedade são responsáveis pela modificação da paisagem. Desde as mudanças provocadas pela passagem da produção de monoculturas (soja, café, cana) até as especulações imobiliárias para a construção de casas de segunda residência no interior e no litoral. “A qualidade da paisagem, pois, na medida em que pode ser considerada patrimônio preservável, não deixa de ser um capital investido, do maior interesse do grupo social.” O autor enfatiza que apenas as ações locais não são suficientes, a parceria deve ser feita com as medidas nacionais e internacionais quando possíveis. (YÁZIGI, 2002).

Por trás das atividades econômicas que compõem a paisagem, estão os membros da comunidade autóctone. O diálogo entre pesquisadores, planejadores e moradores é importante para o desenvolvimento do turismo na localidade, pois muitas vezes, são os costumes antigos que podem ser o próprio atrativo. Histórias relacionadas às transformações socioespaciais daquela paisagem. Além de conhecerem bem a região, podem se tornar guias e colaborar com suas opiniões sobre o uso do território. Cunha (2006, p.241) complementa dizendo que:

Dada a importância do empenho da população no processo de desenvolvimento turístico local e regional parece estratégico que parte significativa dos equipamentos culturais, desportivos, e de lazer, públicos e privados, que suportam a actividade turística, possam ser fruídos pelas populações locais, constituindo para elas, efectivos benefícios sociais e culturais.

1.1.2 As Unidades de Conservação

A criação das Unidades de Conservação representa legitimar a proteção e manejo de biomas e ecossistemas que podem ser explorados pela ação humana e conseqüentemente deteriorados. Pode garantir a sobrevivência de espécies ameaçadas de extinção e o seu tráfico ilegal, como também, proporcionar o bem estar da população ao promover atividades de educação ambiental e lazer.

Existe uma diferenciação entre os termos Unidade de Conservação e Área Protegida encontrados nos textos. O autor Badialli (2004, p.75) afirma que: “[...] área protegida tem um sentido amplo, envolvendo áreas com objetivos de conservação diferentes sob diferentes

esferas administrativas [...]. Por sua vez, uma unidade de conservação (UC) é um tipo especial de área protegida [...].” O autor exemplifica ao citar as Terras Indígenas, Reserva Legal e Área de Preservação permanente como áreas protegidas, ou seja, não são consideradas unidades de conservação e não são abrangidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

No Brasil, a Lei Federal 9.985, de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação para regulamentar as normas para a criação, implantação e gestão das unidades. O SNUC especifica como unidade de conservação:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000).

O documento divide as unidades de conservação em duas categorias: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável representadas no Quadro 1. Os Quadros 2 e 3 abordam os objetivos de cada uma delas.

Quadro 1 – Divisão das Unidades de Conservação pelo SNUC

Categoria	Objetivo	Grupo
Unidades de Proteção Integral	O objetivo básico dessas unidades é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, atividades educacionais, científicas e recreativas.	▪ Estação Ecológica ▪ Reserva Biológica ▪ Parque Nacional ▪ Refúgio de Vida Silvestre ▪ Monumento Natural
Unidades de Uso Sustentável	O objetivo básico dessas unidades é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.	▪ Área de Proteção Ambiental ▪ Área de Relevante Interesse Ecológico ▪ Floresta Nacional ▪ Reserva Extrativista ▪ Reserva de Fauna ▪ Reserva de Desenvolvimento Sustentável ▪ Reserva Particular do Patrimônio Natural

FONTE: BRASIL, 2000.

Quadro 2 – Características das Unidades de Proteção Integral

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	
<i>Estação ecológica</i>	Tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse e domínio públicos.
<i>Reserva Biológica</i>	Tem como objetivo a proteção integral da biota e demais tributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. É de posse e domínio públicos.
<i>Parque Nacional, Estadual e Natural Municipal</i>	Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É de posse e domínio públicos.
<i>Refúgio de Vida Silvestre</i>	Tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
<i>Monumento Natural</i>	Tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Pode ser constituído por áreas particulares.

FONTE: BRASIL, 2000.

Quadro 3 – Características das Unidades de Uso Sustentável

UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL	
<i>Área de Proteção Ambiental - APA</i>	Área geralmente extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas ou privadas.
<i>Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)</i>	É uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. É constituída por terras públicas ou privadas.
<i>Floresta Nacional (FLONA)</i> <i>Floresta Estadual e Municipal</i>	É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. É de posse e domínio públicos.
<i>Reserva Extrativista (RESEX)</i>	É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. É de domínio público com seu uso concedido às populações extrativistas tradicionais.
<i>Reserva de Fauna</i>	É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre manejo econômico sustentável de recursos

	faunísticos. É de posse e domínio públicos.
<i>Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)</i>	É uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. É de domínio público.
<i>Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)</i>	É uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

FONTE: BRASIL, 2000.

O Brasil por ter uma grande oferta em áreas naturais, atrai turistas que procuram segmentos mais alternativos, entre eles, o ecoturismo. Diante dessa preocupação muitos pontos devem ser analisados, como os equipamentos de infra-estrutura, a qualificação dos profissionais envolvidos, a capacidade de carga, os interesses dos órgãos públicos e privados, o envolvimento dos agentes de turismo com os agentes ambientais, as mudanças sofridas pela paisagem e principalmente, o interesse da comunidade local diante da oferta turística.

O Plano de Manejo deve ser estudado com cautela, principalmente as estratégias das áreas de Uso Público, onde se encaixa a atividade turística. Para Faria (2004, p.15), as unidades de conservação podem trazer muitos benefícios, mas que só aparecem quando são administradas de forma adequada e a utilização do local seja compatível com o manejo e os objetivos de conservação.

1.2 Europa: início e desenvolvimento do turismo

Muitos autores se baseiam nas primeiras expressões como atividade turística na Europa. Na Grécia Antiga, havia o deslocamento para outras cidades para participações em festas religiosas. Com o surgimento dos jogos Olímpicos, a Grécia recebia visitantes para prestigiar esse evento na cidade de Olímpia a cada quatro anos.

[...] a língua grega espalhou-se por toda a área do Mediterrâneo, facilitando a comunicação com os viajantes. Como as povoações e cidades gregas situavam-se ao longo da costa, a viagem era feita principalmente por mar. As viagens por razões políticas eram poucas por causa da natureza independente do sistema de cidades-estado. Os gregos, porém, apreciavam visitar outras cidades por mero prazer, Atenas em particular. (OMT, 2003, p.21).

No Império Romano se torna mais expressiva e praticada por uma pequena porção da sociedade. Viajavam para as casas de veraneios nas costas marítimas em busca de banhos termais, muito apreciados pelos romanos e para participar de festas religiosas ou pagãs. Os primeiros modelos de *resorts* e *spas* podem datar desta época, eram construídos à beira mar ou no interior das cidades.

Muitos jovens eram mandados para Grécia para estudar. Buscavam também conhecer construções famosas e passaram a contemplar as paisagens vistas ao longo das estradas construídas para a passagem de tropas. A motivação do deslocamento foi facilitada pela paz alcançada pelo Império, pelas ruas construídas pelos romanos e o tempo livre que dispunham. (ACERENZA, 2002).

Com a queda do Império Romano, os relatos de viagens voltaram a aparecer mais expressivos na Idade Média com as Cruzadas. As peregrinações são precursoras do turismo de massa. Por motivos de segurança, peregrinos se deslocavam em grupos, a movimentação dos mercadores e soldados voltaram a aquecer o comércio. As pousadas passaram a se tornar negócios lucrativos. Em Florença, na Itália, foi criado o primeiro grêmio de proprietários de pousadas no ano de 1282 (BARRETO, 1995).

Durante os séculos XIV e XV, as viagens eram motivadas pelo desejo do conhecimento. Algumas universidades da Inglaterra e da Espanha começaram a oferecer bolsas de estudos. A partir do século XVI, jovens aristocratas eram enviados para a Europa com o objetivo de adquirirem experiência de vida e retornarem para ocuparem cargos da alta sociedade. Essa prática passou a ser conhecida como *Grand Tour* (Grande Excursão).

No início do século XVII, houve um grande aumento na procura pelos banhos termais. As condições de higiene da época motivavam os ricos a buscar esses locais para melhorarem as suas condições de saúde. A contemplação da natureza e suas paisagens começaram a se tornar atrativas em meados do século XVIII. A partir do século XIX, houve um aumento dessa apreciação pelo novo modo de vida imposto pela industrialização. A prática do lazer foi incorporada na sociedade capitalista e a fuga dos grandes centros tornou-se necessário. É o início do Turismo Moderno. (ACERENZA, 2002).

Neste século aparece um personagem muito importante na história do turismo, Thomas Cook. Foi o pioneiro em organizar grandes excursões e desenvolver as bases dos pacotes turísticos, além de viabilizar as viagens para a classe média. No ano de 1841, organizou uma excursão para 570 pessoas participarem de um congresso contra o alcoolismo. Quatro anos mais tarde, passou a trabalhar somente com viagens organizadas, desenvolveu *guias de turismo* e criou o primeiro cupom de hotel em 1867, conhecido atualmente como *Voucher*.

Na Europa a busca pelo conforto de um clima mais quente levou milhares de turistas a visitar o Mediterrâneo. Aos poucos, os próprios europeus começaram a despertar para outros destinos do continente e fora dele. Programas governamentais desenvolviam o Turismo Social, onde estimulavam os moradores a viajarem incluindo as férias no sistema de seguro social, com isso, a Alemanha se tornou um dos grandes emissores de turistas da Europa. (SWARBROOKE, HORNER, 2002). Havia exceções como a França, em que era desenvolvido apenas o turismo interno como forma de fortalecer a economia do país.

A evolução e o desenvolvimento do setor de transportes estão intimamente ligados ao crescimento do turismo. Muitos cruzeiros passaram a ser organizados especialmente para turistas que procuravam luxo. Depois da Primeira Guerra Mundial, os automóveis utilizados para o deslocamento de soldados foram reformados para acomodar passageiros. Eram organizadas excursões para visitar os campos de batalha por toda Europa. A ferrovia era utilizada para transportar turistas em massa a longas distâncias. Apenas na Inglaterra, 37 milhões de turistas foram transportados no ano de 1939. (ACERENZA, 2002).

A aviação civil passou a se destacar realizando vôos regulares. Após a Segunda Guerra Mundial, o setor aéreo sofreu um rápido crescimento com uma procura massiva de turistas para destinos internacionais. Muitas empresas começaram a criar filiais e organizar os vôos *charters*, ou seja, os vôos não regulares. Entre as décadas de 1950 e 1960, muitas dessas empresas na Europa fechavam pacotes dos vôos com transporte, alimentação e alojamento.

Essa movimentação econômica despertou o mundo para os altos níveis de crescimento monetário gerados.

Com a introdução de novas técnicas de *marketing* na indústria turística, o enfoque da comercialização do turismo muda, e nasce na Europa Ocidental o conceito do *produto turístico*, e com ele, a *padronização* da oferta turística que, definitivamente, em conjunto com o desenvolvimento do transporte aéreo, foram os fatores que deram o grande impulso ao turismo em todo o mundo. (ACERENZA, 2002, p.84).

Após a Revolução Industrial, com o surgimento da classe média, as novas leis de trabalho que resultaram no aumento das horas de lazer e posteriormente nas férias remuneradas, criaram um mercado promissor que precisava ser consumido. A passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial resultou na busca pelo lazer e pelo descanso. O desenvolvimento de novas tecnologias de informação como a televisão e o rádio, começou a despertar o interesse das pessoas em conhecer outras culturas. O turismo passou a se tornar uma prática econômica rentável em todas as partes do mundo.

O setor se depara atualmente com um turismo na sociedade que envolve novas relações de consumo e que está principalmente pautada na questão da qualidade dos serviços. É uma sociedade espelhada no modelo europeu, muito desgastada por acompanhar guerras e conflitos políticos, onde boa parte das pessoas tornaram-se individualistas e céticas, e, no caso dos turistas em potencial, procuram atividades que sejam completamente diferenciadas do seu cotidiano. A qualidade de um produto turístico precisa ser analisada em três âmbitos: qualidade dos prestadores de serviços, qualidade do produto turístico e qualidade da interação. (BARRETO, 1995).

Atualmente a Europa é a maior receptora de turistas do mundo inteiro. Segundo a OMT - Organização Mundial do Turismo (2008), no ano de 2004 o continente recebeu 424.449 visitantes, correspondendo a 55,6% da quota mundial e 51,8% da quota mundial em receitas (euros). A Europa, grande berço das civilizações e da história, modernizou e qualificou os produtos e serviços. Não ficam atrás os parques naturais que oferecem aos visitantes um maior contato com a natureza, segurança e conforto.

1.2.1 Turismo em áreas naturais protegidas na Europa

Diante das preocupações ambientais mundiais, a Europa procura fortalecer políticas e projetos para a conservação das áreas naturais protegidas. A EUROPARC é uma organização não governamental, conhecida como "Federação da Natureza e Parques Nacionais da Europa". Fundada em 1973, têm como objetivos promover boas práticas na gestão de áreas protegidas; facilitar a criação de novas áreas; promover as áreas como um instrumento valioso para a conservação do patrimônio natural; e desenvolver programas e políticas públicas com a União Européia. Representa 441 áreas protegidas, ONGs, departamentos governamentais e empresas de 36 países. (Federação EUROPARC, 2008).

O ano de 2009 foi uma data comemorativa para a Europa, ao celebrar 100 anos da fundação do primeiro parque nacional europeu na Suécia (Parque Nacional de Abisko). Durante a Conferência EUROPARC realizada de 9 à 13 de setembro de 2009, foi abordado o tema “100 anos de Parques Nacionais na Europa” e o projeto “Comemorando 100 anos de Parques Nacionais na Europa”. O primeiro resultado do projeto foi a publicação do livro com o título original: *Living Parks: 100 Years of Protected Areas in Europe*. Este livro trata sobre as áreas cobertas pela EUROPARC para estimular a visitação nos locais.

Outra ação regional foi a criação da Rede Natura 2000. É uma rede ecológica para espaço comunitário dos membros da União Européia. Resultou de duas diretrizes européias, a Directiva 79/409/CEE (Directiva Aves) e a Directiva 92/43/CEE (Directiva Habitat). Visa conservar habitats e espécies, e propiciar uma gestão ecológica, econômica e social sustentáveis. A rede é formada por Zonas de Proteção Especial (ZPE) e Zonas Especiais de Conservação (ZEC).

O continente europeu apresenta experiências e iniciativas que podem contribuir com o desenvolvimento de pesquisas científicas, projetos e elaboração de políticas públicas em outros países, como no Brasil, para a gestão de unidades de conservação. Serão apresentados a seguir dois exemplos de países europeus que apresentam áreas naturais protegidas e visitas de turistas nestes locais.

1.2.1.1 Portugal

Portugal por meio do Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de abril, criou cinco áreas regionais de turismo: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve; e seis pólos de desenvolvimento turístico integrados nas áreas regionais: Douro, Serra da Estrela, Leiria-Fátima, Oeste, Litoral Alentejano e Alqueva. (PORTUGAL, 2008).

O Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) instituído através da Resolução de Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de Agosto, é uma parceria entre a Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria do Turismo, exclusivo da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP). O PNTN é um conjunto de políticas que tem como objetivos a promoção da atividade turística, a conservação da natureza, a qualificação da oferta turística e o desenvolvimento local. (PORTUGAL, 1998).

Segundo o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), as áreas protegidas de Portugal estão divididas em: *Parque Nacional* da Peneda-Gerês. *Parques Naturais*: Montesinho; Douro Internacional; Litoral Norte; Alvão; Serra da Estrela; Tejo Internacional; Serras de Aire e Candeeiros; São Mamede; Sintra-Cascais; Arrábida; Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; Vale do Guadiana; e Ria Formosa. *Reservas Naturais*: Dunas de São Jacinto, a Serra da Malcata, o Paul de Arzila, as Berlengas, o Paul do Boquilobo, o Estuário do Tejo, o Estuário do Sado, as Lagoas de Santo André e da Sancha e o Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António. *Paisagens Protegidas*: Corno do Bico, da Serra de Montejunto, das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos e da Albufeira do Azibo, todas com gestão municipal. *Monumentos Naturais*: Carenque; Cabo Mondego; Pedreira do Avelino; Pedra da Mua e Lagosteiros (os dois últimos integrados no Parque Natural da Arrábida) e Portas de Ródão. (ICNB, 2005).

Na região Centro de Portugal podem ser destacados duas áreas de montanha estudadas por Vieira e Cunha (2003): Maciço Calcário de Sicó e a Serra de Montemuro. O primeiro forma um conjunto de elementos geomorfológicos decorrentes dos processos cársticos, como por exemplo: grutas, dolinas (pequenas depressões), campos de lapíás (parte externa do relevo cárstico), entre outros. A Serra de Montemuro também apresenta patrimônio geomorfológico correspondente a morfologia granítica e que resulta em uma belíssima paisagem.

As características únicas das duas áreas desempenham forte papel para o estímulo da sua preservação e controle por meio de pesquisas científicas e as atividades de lazer que podem ser muitas como: montanhismo, escaladas, espeleologia e caminhadas. Próximo ao

Maciço de Sicó está localizado a estação arqueológica de Conímbriga que recebe milhares de turistas todo o ano. E próximo a Serra de Montemuro, a cidade de Lamego e a região de Douro (vinhos) são considerados patrimônios da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Diante dessas ofertas, podem-se imaginar roteiros integrados com políticas de desenvolvimento que beneficiem a comunidade rural desses locais.

O Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) foi instituído em 1976, é um dos parques mais antigos de Portugal. É uma área montanhosa que apresenta em torno de 100.000 hectares e é repartida pelos concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Seia e Manteigas. No parque podem ser realizadas caminhadas a pé e por meio da BTT (bicicleta todo-o-terreno); observação de pássaros; e trabalhos de educação ambiental no Centro de Interpretação da Torre (CIT). Todas as atividades turísticas são controladas pela Turistrela S.A. É uma entidade privada que tem a autorização exclusiva da exploração do turismo e esportes na Serra da Estrela, acima da quota de 800 metros de altitude.

1.2.1.2 Espanha

A partir da década de 1970, a Espanha demonstrou sua preocupação com a natureza ao estabelecer a *Ley* de 2 de *mayo* de 1975 de *Espacios Naturales Protegidos*, que sofreu modificações, chegando na *Ley* 4/1989, de 27 de março, para a *Conservación de los Espacios Naturales y de la Flora y Fauna Silvestres*. Tratava a princípio a preservação de espécies ameaçadas de extinção e posteriormente, a *Ley* 42/2007, de 13 de dezembro de 2007, *del Patrimonio Natural y de la Biodiversidad*. Esta lei estabelece que a administrações públicas devem possuir ferramentas que permitam o conhecimento do estado de conservação do patrimônio natural e da biodiversidade espanhola e as mudanças que ocorrem.

Os espaços naturais protegidos na Espanha são divididos em cinco categorias: Parques; Monumentos Naturais; Reservas Naturais; Paisagens Protegidas, Áreas Marinhas Protegidas. Estabelecidos pelos órgãos internacionais: *Los Humedales*; sítios naturais pertencentes a lista de Patrimônio Mundial; as áreas protegidas, do convenio para a proteção do meio ambiente marinho do Atlântico do nordeste (OSPAR); as Zonas Especialmente Protegidas para o Mediterrâneo (ZEPIM); os Geoparques declarados pela UNESCO; as Reservas da Biosfera declaradas pela UNESCO; e as Reservas Biogenéticas do Conselho da

Europa. O Quadro 4 apresenta os parques naturais encontrados em todas comunidades autônomas da Espanha.

Quadro 4 - Parques Naturales por comunidades

CCAA	Parques Naturales	Total de Ha de Parques Naturales	% de espacio protegido de la comunidad	Total de Visitantes en 2008	Existencia de centro de interpretación (%)	Parques naturales adaptados a discapacitados (%)
Andalucía	24	1.419.144	16,26%	1.656.304	91,6%	91,6
Aragón	4	119.107	2,32	42.198	100%	100%
Asturias	5	188.068	17,78	56.708	60%	60%
Baleares	7	25.396,22	5,08%	163.344	60%	71%
Canárias	11	111.022	14,9	-	10%	54,54%
Cantabria	6	44.688	8,4%	12.000	50%	50%
Castilla-La Mancha	6	282.914	3,53	777.341	50%	33,33%%
Castilla y León	9	310.509	3,29%	215.399	88,88%	77,77%
Cataluña	11	249.809	7,77%	6.092.623	72,72%	81,81%
Extremadura	2	36.689	1,14%	24.886	100%	100%
Galicia	6	40.661	1,38%	576.539	83%	83%
La rioja	1	23.640	4,68%	23.227	100%	100%
Madrid	1	798	0,01%	798	100%	100%
Murcia*	7	55.981,98	4,94%	39.016	-	-
Navarra	3	62.722	6,03%	238.000	66,33%	33,33%
País Vasco	9	82.030	11,33%	218.729	55,55%	88,88%
Valencia	22	178.061	7,65%	462.406	68,18%	63,63%
Total	133	3.231.240,2	6,84%	10.754.720	78,53%	74,30%

* Murcia no cuenta con espacio protegido bajo la figura de Parque Natural, sino que tiene denominación de Parque Regional.

FONTE: Consumer Eroski, 2008.

Como pode ser observado no quadro acima, são inúmeras áreas naturais protegidas encontradas por todo o país, isso significa que em cada comunidade autônoma existe uma preocupação com esses espaços e que moradores e visitantes terão a oportunidade de entrar em contato com a natureza e realizar atividades turísticas.

A Rede dos Parques Nacionais é um exemplo entre a relação da natureza e a presença do homem em busca de novas paisagens, contato com outras culturas e buscas espirituais. Nos parques nacionais são encontradas as dunas móveis, humedales, mata atlântica, montanhas, escarpas, litoral, arquipélagos e fenômenos vulcânicos; onde pode ser encontrada uma grande variedade de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.

Os programas de Uso Público da Rede são respostas a essa crescente demanda e tem como objetivo promover a prática turística responsável, para que sejam desenvolvidos programas, serviços, atividades e equipamentos de qualidade. O Plano Diretor da Rede estabelece como prioridade a fomentação de atividades de passeio e contemplação e a utilização da educação ambiental para aumentar a familiaridade do visitante e a valorização de se conservar áreas naturais. (NOGUEIRA, 2003). O Quadro 5 apresenta 14 Parques Nacionais da Espanha.

Quadro 5 – Parques Nacionales Españoles

Los 14 Parques Nacionales Españoles	Ubicación	Año de declaración	Superficie	Total de visitantes en 2008	Existencia de centro de interpretación	Parque nacional adaptado a discapacitados
Aigüestortes	Cataluña	1995	14.119	304.606	Sí	Sí
Cabrera	Baleares	1991	110.020	60.804	Sí	Sí
Taburiente	Canarias	1954	4.699	408.088	Sí	Sí
Garajonay	Canarias	1981	3.986	756.000	Sí	Sí
Timanfaya	Canarias	1974	5.107	1.600.715	Sí	Sí
Teide	Canarias	1954	18.990	2.866.057	Sí	Sí
Islas Atlánticas	Galicia	2002	8.480	254.017	Sí	Sí
Ordesa	Aragón	1918	15.608	620.000	Sí	Sí
Picos de Europa	Cantabria-Asturias-Castilla y León	1995	64.660	1.712.668	Sí	Sí
Sierra Nevada	Andalucía	1.999	86.208	684.573	Sí	Sí
Doñana	Andalucía	1969	54.502	350.005	Sí	Sí
Daimiel	Castilla-La Mancha	1980	1.928	94.687	Sí	Sí
Cabañeros	Castilla-La Mancha	1955	40.856	78.767	Sí	Sí
Monfragüe	Extremadura	2007	18.396	331.788	Sí	Sí
Total			447.559	10.122.775	100%	100%

FONTE: Consumer Eroski, 2008.

O total de visitas em áreas naturais protegidas apresentadas nos Quadros 4 e 5 correspondem a mais de 20.000.000 de pessoas no ano de 2008. A comunidade que recebe mais visitas nos Parques Naturais é Andalucía com 1.656.304 turistas; Canarias recebeu o maior número de visitas (110.020) no Parque Nacional Teide.

Muitos parques são equipados para receberem pessoas com algum tipo de deficiência ou impossibilitadas de fazerem grandes esforços, como por exemplo, gestantes e mães com crianças muito pequenas. Tornando possível o acesso a esses locais, antes limitados, o que tirava o direito de todos os cidadãos em propiciar momentos de lazer nesses locais. Todos os parques nacionais estão equipados com Centro de Interpretação, importantes para o visitante

obter informações do parque e sobre a conservação da natureza. Os parques naturais ainda têm o desafio de atingir essa meta. Os números apontam os esforços das iniciativas das comunidades, em 2007 havia aumentado de 65% para 79% de centros de interpretação. (OLEAGA, MARAURI, 2009).

1.3 Turismo em Unidades de Conservação no Brasil

1.3.1 Os Domínios de Natureza

O Brasil apresenta características muito diferentes nas suas regiões, suas peculiaridades também são motivos de preocupação pelo uso exploratório do ser humano, todas apresentam unidades de conservação.

Para poder compreendê-las de forma geral, foram utilizados os estudos do geógrafo AB'SÁBER (2005), que compartimenta os Grandes Domínios Paisagísticos Brasileiros, entre eles: o domínio das terras baixas florestadas da Amazônia, o domínio das depressões interplanálticas semi-áridas do Nordeste, domínio dos “mares de morros” florestados, domínio dos chapadões recobertos por cerrados e penetrados por florestas-galeria, domínio dos planaltos de araucárias, e por fim, os domínios das pradarias mistas do rio Grande do Sul.

A Amazônia é um grande domínio de terras baixas florestadas. Destaca-se pela sua ordem de grandeza, principalmente da sua rede hidrográfica, e as variações de ecossistemas em nível de altitude e de região. É encoberta por nuvens baixas carregadas de umidade e a presença da mata dos “igapós”.

O clima é úmido com temperaturas altas, chuvas rápidas e isoladas. O norte da Amazônia Brasileira recebe maiores precipitações no verão boreal (maio a julho). Ao sul é denominado por chuvas de verão austral, entre os meses de janeiro a março. Apresenta variações regionais, porém, o clima é considerado um dos mais homogêneos do Brasil intertropical.

A mata de Igapó ocorre em solo permanentemente alagado nos terrenos próximos aos rios. A vegetação é perenifólia, ou seja, permanece verde. Caracterizada por largas folhas, árvores que atingem 20m de altura com ramificação densa e baixa. São encontradas as

epífitas, arbustos, cipós e raízes respiratórias e escoras. Durante curtos períodos, alguns igapós transformando-se em praias arenosas. (ROSS, 1996).

São os igarapés que permitem chegar ao coração das matas da Amazônia. São cursos d'água de primeira ou segunda ordem, são componentes primários de tributação dos rios pequenos, médios e grandes. A maioria possui águas escuras, sedimentos orgânicos em suspensão e poucos sedimentos clásticos. É o lugar que as família ribeirinhas pescam e retiram a água para o consumo e utilização dos afazeres domésticos.

Os domínios dos cerrados são encontrados nas regiões do Triângulo Mineiro; no Mato Grosso, especificamente nos sentidos leste-oeste e sul-norte na direção de Rondônia e da Amazônia e a porção sul de Campo Grande e Dourados; na região sudoeste e o centro de Goiás.

Os cerrados ou campos de cerrados são formados por uma superfície de solos pobres que sustentam um conjunto de arboretas da mesma composição dos cerradões. Estes por sua vez, apresentam áreas muito degradadas pelas ações humanas. No final do ano 2000, de 65 a 70% foram devastados pelas ações antrópicas. Os cerradões são florestas baixas de troncos finos e esguios, apresentando uma fitomassa inferior das grandes matas pluviais tropicais.

Na paisagem dos domínios dos cerrados podem ser observados interflúvios e vertentes suaves encontradas nos diferentes tipos de planaltos regionais. Em alguns locais, as florestas de galeria estendem-se pelo setor aluvial central das planícies, deixando espaço para as veredas. Esse tipo de vegetação forma corredores de formações herbáceas rasas no fundo lateral dessas planícies, o que dá origem aos caminhos para a circulação de animais no interior do país.

O clima na parte central dos cerrados são subquentes e úmidos. Variam de três a cinco meses de seca e de seis a sete meses chuvosos. As temperaturas médias anuais variam do mínimo de 20 a 22°C e a máxima de 24 a 26°C; a umidade do ar atinge níveis baixos no inverno seco, variam de 38 a 40% e níveis elevados no verão chuvoso que variam de 95 a 97%.

O domínio das caatingas representa uma grande região seca, formada pelos sertões do Nordeste brasileiro. No domínio geral dos sertões há um prolongado período seco que corresponde de seis a sete meses no ano: uma parte do outono, o inverno inteiro e a primavera em áreas temperadas. Predominam temperaturas médias entre 25 29°C.

Durante a estiagem os sertões funcionam como semidesertos e com a chegada das chuvas, aparece uma vegetação de árvores e arbustos de folhas pequenas e espinhosas.

Existem outras tipologias utilizadas, como o “sertão bravo” para as áreas mais secas e subdesérticas do interior nordestino; “altos sertões” para as faixas semi-áridas, rústicas e típicas nas depressões colinosas no ambiente sertanejo; caatinga agrestada ou agreste regionais são usadas para as áreas semi-áridas moderadas como melhores condições de solo; e nas áreas de transição entre os sertões secos e a Zona da Mata nordestina recebe o nome de agrestes passando para matas secas.

No domínio tropical Atlântico existem subáreas topográficas muito diferentes que variam da Zona da Mata nordestina até as escarpas da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira; além dos “mares de morro” na região sudeste do país. Estendia-se do sudeste do rio Grande do Norte ao sudeste de Santa Catarina. Incluía dois enclaves de florestas tropicais ligadas por fatores diferenciados: as matas biodiversas da Serra Gaúcha, as florestas da região do Parque Nacional do Iguaçu e a região do extremo-oeste do dos planaltos paranaenses.

Apresenta mata densa, árvores altas nos setores mais baixos do relevo e os troncos são recobertos por uma diversidade de epífitas. A decomposição da matéria orgânica torna o solo fértil o suficiente para suprir a vegetação. (ROSS, 1996).

A restinga e o manguezal são ecossistemas associados a Mata Atlântica. A restinga são cordões de areia vinculados à história da sedimentação marinha costeira, é um exemplar florístico único. Os mangues se desenvolveram nos pântanos salinos, onde tornaram-se os biomas mais típicos nas planícies de mares.

O domínio dos planaltos de araucárias e pradarias mistas é um domínio de natureza extratropical. Constituído por mato baixo e relativamente descontínuo em contraste com araucárias, pinhais altos e esguios. Podem ser encontrados alguns prados e bosques de araucárias na região de Curitiba e Lages; nos altos de Campos do Jordão; na região de Monte Verde; pequenos setores do maciço da Bocaina e no município de Barbacena, no Estado de Minas Gerais.

As araucárias estão associadas aos planaltos ondulados da hinterlândia Paraná, Santa Catarina e rio Grande do Sul com a predominância do clima temperado úmido, de altitude. As áreas de transição com as matas e cerrados começariam na Depressão Periférica paulista (Pirassununga e Sorocaba) seguindo para os campos e bosque de pinhais entre Capão Bonito e Itapeva.

1.3.2 Ecoturismo no Brasil

O Ecoturismo é um dos segmentos do Turismo que apresenta grande crescimento no país. Surgiu e se desenvolveu paralelamente às transformações socioambientais ao longo da história, no crescimento dos movimentos ambientalistas e no surgimento de comunidades alternativas. Seu significado abrange mais do que limitações contextuais, representa um reflexo da sociedade que despertou para os problemas ambientais e passou a buscar unidades de conservação como uma forma de fuga dos grandes centros urbanos, da rotina e por buscas pessoais.

Segundo o levantamento realizado por Pires (2002), a partir da década de 1960, existem três referenciais históricos importantes para o desenvolvimento do ecoturismo no país: agências e operadoras se especializando nesta área com enfoque econômico, em contraposição aos interesses acadêmicos que buscavam o conhecimento; a natureza vista pelo movimento *hippie*; e as excursões organizadas a partir dos anos 1970. Estes referenciais são descritos conforme o autor nos três parágrafos abaixo:

- Em 1962, viagens acadêmicas eram organizadas pelos colégios de São Paulo para as cidades históricas de Minas Gerais para entrarem em contato com a realidade sociocultural e ambiental, o que chamavam de “estudo do meio”. O aumento dessas viagens despertou o interesse de agências e operadoras que começaram a se dedicar mais a esse ramo e elaborar pacotes mais específicos para outros públicos.

- O movimento *hippie* sem dúvida representa uma das grandes manifestações da sociedade em contraposição ao sistema capitalista seguido no final da década de 1960. Não representa diretamente o que se conhece por ecoturismo hoje, mas ajudou a despertar interesses de pessoas que não eram do movimento pelas questões ambientais. Essa comunidade procurava lugares isolados que permitissem um maior contato com a natureza e que pudessem realizar atividades não relacionadas ao consumismo.

- As primeiras excursões para áreas naturais foram planejadas principalmente na cidade de São Paulo e posteriormente ganhou destaque no rio de Janeiro. Os seus idealizadores eram jovens alunos que se interessavam por esportes radicais, como por exemplo: mergulho, escalada e exploração de cavernas. Buscavam locais de difícil acesso, sem presença de habitantes e que proporcionavam mais adrenalina aos participantes e a contemplação da paisagem.

A busca por um novo estilo de vida pode começar a partir de práticas realizadas na natureza por meio de atividades de ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural, entre outros segmentos, que são aplicados em locais abertos e que possibilitem a interação do meio com o indivíduo.

Para os autores Neiman e Mendonça (2005), o contato com o ambiente natural pode gerar reflexões e descobertas de novas emoções e limites de cada um. Em diversas situações, cada um corresponde de uma maneira como ao se atravessar um rio, passar por diversos obstáculos numa trilha ou se deparar com algum animal selvagem. Também se coloca em prática a convivência com pessoas desconhecidas, em muitas atividades são necessárias a participação de todos, esse exercício pode ajudá-los a refletir sobre o individualismo tão arraigado na sociedade atual.

A educação ambiental é uma das ferramentas que pode proporcionar essas transformações e descobertas. Porém, ela precisa receber um direcionamento para que possa mudar as bases culturais da sociedade, pois as mudanças ocorrem de forma lenta. Acaba por assumir uma grande responsabilidade e desafio: a de desenvolver estratégias capazes de enfrentar as novas formas de consumo e apropriação da natureza. (MENDONÇA, 2005).

Existem três hipóteses apresentadas por Mendonça (2005), que despertam o interesse de se visitar áreas naturais. Primeiro a *necessidade de recurso* que está ligado a relação de dominação, onde há um distanciamento com a natureza, apenas utilizar os seus recursos. A *necessidade de beleza*, procurada como algo novo em contrapartida aos ambientes poluídos e caóticos, ou mesmo, pela simples contemplação do que é belo. E por último, a *necessidade de sentido*, a busca por respostas sobre o mundo e sobre as ações de cada um.

O perfil de um ecoturista dificilmente pode ser traçado com muita precisão, pois varia de acordo com o interesse de cada indivíduo. Porém, é possível identificar características em comum: faixa etária de 25 a 50 anos; poder aquisitivo de médio a alto; escolaridade de nível superior; profissão de caráter liberal; permanência média de quatro dias a nível nacional; permanência média de dez dias a nível internacional; procedências de centros urbanos; e desejo de contribuir com a conservação da natureza. (BRASIL, 2008).

Não se pode afirmar que todo ecoturista gosta de acampar e tomar banho no rio. Muitos gostariam de conhecer um ambiente mais selvagem, sem perder o conforto de usar um banheiro ou não precisar dormir em barracas. Isso gerou uma nova opção para operadoras e agências que passaram a ver esse segmento como promissor e perigosamente como uma forma de enriquecimento desenfreado. Segundo os autores Costa, Rossi e Schumacher (2002), muitas agências e operadoras não respeitam as comunidades locais e os limites da natureza,

vendendo pacotes para números muito grandes de turistas, tirando a paz dos autóctones e promovendo uma idéia completamente equivocada do papel do ecoturismo.

Além das resoluções elaboradas pelo governo, também precisam ser consideradas as ações desenvolvidas por ONGs espalhadas em todo país. Entre elas, a *WWF* – Brasil (Fundo Mundial da Natureza) que desenvolveu um Manual de Ecoturismo de Base Comunitária. São apresentadas metodologias com ferramentas que podem ser aplicadas no campo, além de fornecer informações sobre projetos e parcerias. Divide-se em três fases importantes: o planejamento, a implementação e a gestão. (WWF - BRASIL, 2003).

Nota-se que muitas medidas e planos estão disponíveis para serem utilizadas. A principal ação é elaborar projetos de cunho científico que sejam levados às entidades particulares interessadas em investir em um ecoturismo responsável de longo prazo e investigar se a mobilização e o interesse dos municípios em desenvolver políticas públicas que fortaleçam e defendam os interesses de moradores e a conservação dos recursos naturais.

1.3.3 Destinos de ecoturismo no Brasil

Serão apresentados três exemplos de destinos do Brasil, conhecidos mundialmente que apresentam modelos de gestão que procuram por meio de iniciativas públicas e privadas, conciliar a conservação dos recursos naturais com as atividades de ecoturismo, além de proporcionar segurança e conforto aos visitantes. As unidades de conservação apresentadas possuem Plano de Manejo e Programa de Uso Público, disponíveis no site do IBAMA.

1.3.3.1 O Parque Nacional do Pantanal – Mato Grosso do Sul

O Pantanal é um ecossistema que apresenta uma biodiversidade delicada e singular. É uma extensa planície inundável, dividido em ciclos de cheias e secas. Apresenta mais de 1.800 espécies de plantas; 162 de répteis; 460 de aves; 263 de peixes; 160 de borboletas; 95 de mamíferos; e 45 espécies de anfíbios. O ecoturismo é uma das principais atividades socioeconômicas da região e precisa ser policiada para que o turismo irracional não se sobreponha aos objetivos do ecoturismo. (EMBRAPA, 2008).

O contato visual com os animais da região é o ponto máximo dos passeios realizados para contemplação cênica. Os autores Mamede e Alho (2004) realizaram um levantamento sobre a contemplação de espécies de mamíferos. Os turistas afirmaram que mesmo sem avistar os animais, sentiram-se satisfeitos apenas por saber que ali é o refúgio deles e sentiram-se extasiados ao se depararem com rastros deixados pelas espécies. O maior destaque ficou para a onça-pintada (*Panthera onca*), e outras espécies como cervo-do-pantanal (*B. dichotomus*), capivara (*H. hydrochaeris*), anta (*T. terrestris*) e tamanduá-bandeira (*M. tridactyla*).

A informação biológica torna-se um produto e existem as espécies que são consideradas de maior beleza cênica, como capivaras, araras-azuis, tamanduás-bandeira e ariranhas. Outra via que pode ser adotada pelos planejadores é de incorporar histórias a respeito de outros grupos não tão procurados pelos turistas, como por exemplo, os anfíbios e os répteis. Pode-se apresentar o nome científico e o popular, o habitat, os hábitos, e também as crenças populares criadas sobre algumas espécies. (EMBRAPA, 2008).

Em 1993 o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul transformou a rodovia MS 184 em uma unidade de conservação e passou a chamá-la de Estrada Parque Pantanal, para consolidar a viabilização da atividade turística e promover seu desenvolvimento nas vias legais e conservar o patrimônio natural e cultural. A Estrada Parque potencializa e valoriza a cultura pantaneira e os empreendimentos hoteleiros típicos da região. O maior número de visitantes é de estrangeiros, principalmente europeus. Em 2008 corresponderam a 65%. Os brasileiros representados principalmente por moradores da capital São Paulo, compõe os 35% de visitantes. (ARAUJO, ROCHA, 2009).

1.3.3.2 Parque Nacional do Iguaçu – Paraná

O Parque Nacional do Iguaçu foi fundado em 1939 e em 1986 foi considerado pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade. É uma das maiores reservas florestais da América do Sul cobrindo uma área de 185 mil hectares no Brasil e 55 mil hectares na Argentina. Limita-se com os municípios de Foz do Iguaçu, Medianeira, Céu Azul, Matelândia, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Capitão Leônidas Marques, Serranópolis do Iguaçu, Santa Tereza do Oeste, Capanema e Lindoeste. (SECRETARIA DE TURISMO, 2008).

O ecoturismo no parque tornou-se um dos meios mais viáveis para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. A reformulação do Plano de Manejo potencializou as condições legais da prática do ecoturismo, aumentando a qualidade dos serviços e a fiscalização de degradação da natureza. A atividade turística gera 700 empregos diretos e a taxa de entrada cobrada aos moradores locais é de 50% menor para incentivar o passeio aos mesmos. Projetos como a Escola Parque implantado pelo IBAMA em 2000 é de fundamental importância para o aumento da consciência ambiental. A necessidade de reformulação de planos e idéias também atingiu empresas que estão buscando novas maneiras para que as atividades sejam realizadas de forma menos impactante ao meio. (D'OLIVEIRA, BURSZTYN, BADIN, 2002).

O parque recebe esse nome pela grande influência do rio Iguaçu. A palavra Iguaçu é de origem tupi-guarani e significa “águas grandes”. Os grandes saltos totalizam em dezenove, três do lado brasileiro. A altura das quedas varia de 40 a 82 metros, proporcionando um grande espetáculo visual. São oferecidos diversos atrativos e atividades no parque: trilhas, luau, mirantes equipados para deficientes físicos, passeios de barcos, *rafting*, entre outros. (SECRETARIA DE TURISMO, 2008).

1.3.3.3 Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – Amazonas

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM), foi a primeira unidade de conservação do Brasil nessa categoria e ser consolidada. Em 1986 foi instituída como Reserva Ecológica Mamirauá, porém, essa categoria conforme as leis do SNUC proíbem a permanência das populações. Essas condições tornaram-se inviáveis em virtude das condições de ocupação da área.

É a maior reserva dedicada à proteção da várzea amazônica, considerada de importância internacional, está na lista da Convenção Ramsar das Nações Unidas. Está localizada na região “[...] Médio Solimões, na confluência dos rios Solimões e Japurá, entre as Bacias do rio Solimões e do rio Negro. Sua porção mais a leste fica nas proximidades da cidade de Tefé, no Estado do Amazonas”.

As atividades de ecoturismo são realizadas desde 1998. O Programa de Ecoturismo tem como principal objetivo conservar os recursos naturais servindo de fonte de renda para as populações autóctones. Para que isso ocorra, foi realizado um planejamento turístico e estudos de viabilidade; implantação de infra-estrutura que provoca mínimo impacto; capacitação e

organização da associação local; a criação de um *marketing* responsável; e o monitoramento contínuo dos impactos que podem ser gerados pela atividade, no âmbito social e ambiental.

Os resultados dos levantamentos demonstraram ser favoráveis para implantação da atividade turística e o resultado foi à construção da Pousada Flutuante Uacari. Esta pousada apresenta serviços de qualidade e os monitores são moradores locais que participaram de cursos de capacitação. Além das atividades realizadas na mata e nos rios, algumas comunidades podem ser visitadas. Esses passeios são elaborados e discutidos entre os planejadores e os ribeirinhos que podem opinar a respeito dos atrativos e da demanda que deseja conhecer a comunidade.

Os três casos apresentados, são exemplos de como o ecoturismo pode beneficiar a comunidade local com a geração de empregos e demonstra como é de fundamental importância a participação ativa no planejamento turístico de uma região. Este segmento se apresenta como uma das formas viáveis para proteger os recursos naturais e promover, através da educação ambiental, o despertar de uma consciência ecológica nos visitantes. Todos os benefícios alcançados por essas unidades de conservação só foram possíveis pela realização de pesquisas, e estudos de viabilidade ao longo de décadas. Por meio de reuniões participativas, todos envolvidos devem ficar atentos aos impactos negativos que a atividade pode causar, assim como, minimizar os já existentes provocados pelo turismo e por outras atividades.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O procedimento metodológico utilizado na presente dissertação foi embasado em estudos do trabalho de Ruschmann (1997), intitulado *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. Os métodos sugeridos são para a elaboração de inventário turístico e foram adaptados para a pesquisa.

Segundo Ruschmann (1997), o “turismo de natureza” é uma chance para a proteção do meio ambiente. As instalações turísticas devem se adequar à presença e à importância das atividades recreativas, ou seja, nesse caso são importantes os benefícios das atividades além das instalações físicas. Devem considerar a presença de serviços gerais, especificamente alojamento, alimentação/bebidas, transportes turísticos, entretenimentos e informações turísticas.

Para a autora, os atrativos são a base dos planos de desenvolvimento e sua avaliação determina o potencial turístico que é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de uma localidade e determina nos projetos a qualidade e quantidade da infra-estrutura e equipamentos que precisam ser instalados. São divididos em atrativos atuais ou reais e atrativos potenciais. Os atuais já estão sendo utilizados para a atividade turística local, nacional e internacional. Contam com uma infra-estrutura e equipamentos. Os atrativos potenciais possuem um grau de atratividade, ainda não inseridos no mercado e que não possuem infra-estrutura. “Para fins de avaliação, consideram-se atrativos turísticos todos os elementos relacionados com as condições naturais e os aspectos sócio-culturais das localidades em estudo.” (RUSCHMANN, 1997, p.142).

O método da pesquisadora está dividido em quatro estratégias: consulta às fontes secundárias, consulta a publicações eminentemente turísticas que fazem referência ao local, trabalho de campo, seleção e avaliação das alternativas de desenvolvimento para a atração. O Quadro 6 especifica os objetivos de cada estratégia.

Quadro 6 – Objetivos de cada estratégia

<i>a) Consulta às fontes secundárias:</i>	▪ Todos os tipos de estudos, trabalhos, projetos, planos realizados sobre o local; ▪ Os mais diversos institutos e órgãos públicos e privados tanto gerais como específicos do turismo;
<i>b) Consulta a publicações eminentemente turísticas que fazem referência ao local:</i>	▪ Guias turísticos, de viagens e rodoviários; ▪ Folhetos, brochuras; ▪ Manuais de viagens; ▪ Revistas, jornais, suplementos;
<i>c) Trabalho de Campo:</i>	▪ Contato com a realidade do local; ▪ Correção conferência dos dados obtidos nas fases a e b; ▪ Inclusão de aspectos omitidos ou novos;
<i>d) Seleção e avaliação das alternativas de desenvolvimento para a atração:</i>	▪ Identificação e avaliação de alternativas; ▪ Opção pelas mais adequadas (viáveis) aos objetivos propostos e aos recursos financeiros disponíveis.

FONTE: RUSCHMANN, 1997.

As consultas às fontes secundárias e as consultas a publicações eminentemente turísticas que fazem referência ao local, consistiram-se no levantamento bibliográfico específico para a realização da fundamentação teórica e para o levantamento do histórico de cada unidade de conservação. Os Planos de Manejo foram utilizados para localizar, caracterizar as áreas de estudo (histórico e ambiental) e para analisar as formas de gerenciamento.

O trabalho de campo foi importante para o levantamento do potencial e dos atrativos turísticos; das atividades já realizadas; das formas de gerenciamento das unidades e os agentes envolvidos; e para o registro fotográfico. Foram utilizadas cartas topográficas para orientação básica, imagens de satélite para identificação preliminar dos pontos de interesse e aparelho de GPS para chegar a eles no campo.

A seleção e avaliação das alternativas de desenvolvimento para a atração, permitiu a análise dos resultados obtidos e a proposta para a realização de um roteiro turístico partindo das principais cidades da região para o Parque Estadual do Morro do Diabo, o município de Rosana e seu distrito Primavera até o rio Baía. Para a elaboração desta última fase foram utilizadas bases do *software Google Earth*, finalizadas em ambiente *Corel Draw*.

3 CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ÁREAS DE ESTUDO

3.1 A RAIÁ DIVISÓRIA SÃO PAULO – PARANÁ – MATO GROSSO DO SUL

O presente capítulo está sustentado no texto do Projeto “Dinâmicas socioambientais, desenvolvimento local e sustentabilidade na raia divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul”, coordenado pelo Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos seu idealizador. Conta com a colaboração de diversos pesquisadores de diferentes áreas. Este projeto está dividido em quatro áreas fundamentais de investigação: estudos sobre o meio ambiente; estudos sobre o desenvolvimento rural e urbano; estudos sobre a qualidade e gestão das águas; e estudos sobre a dinâmica das áreas de fronteira e sobre a cooperação “transfronteiriça”.

Entre as os dezessetes objetivos propostos da pesquisa, os relacionado a presente dissertação são: realizar diagnóstico e estudar a dinâmica da efetividade da gestão das Unidades de Conservação presentes na Raia Divisória. Diagnosticar e avaliar o potencial turístico na região, buscando obter informações que possam auxiliar no planejamento turístico regional e contribua com a adição de diretrizes para o desenvolvimento de atividades turísticas baseadas na sua sustentabilidade.

[...] as “fronteiras” são raias, isto é, áreas de intergradação onde os processos se manifestam segundo uma lógica de descontinuidade objetiva da paisagem ou, ainda, segunda uma impermeabilidade muito acentuada entre as parcelas do território submetidas às definições e redefinições territoriais mais ou menos independentes. (PASSOS, 2006)

A Raia Divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul está localizada nas regiões do Pontal do Paranapanema, micro-região de Paranaíba, Sudeste do Mato Grosso do Sul e a calha do Alto Curso do rio Paraná – à altura da usina hidrelétrica (UHE) de Porto Primavera e

do Médio-Baixo Vale do Paranapanema – a jusante de UHE de Capivara, conforme apresentado na Figura 1.

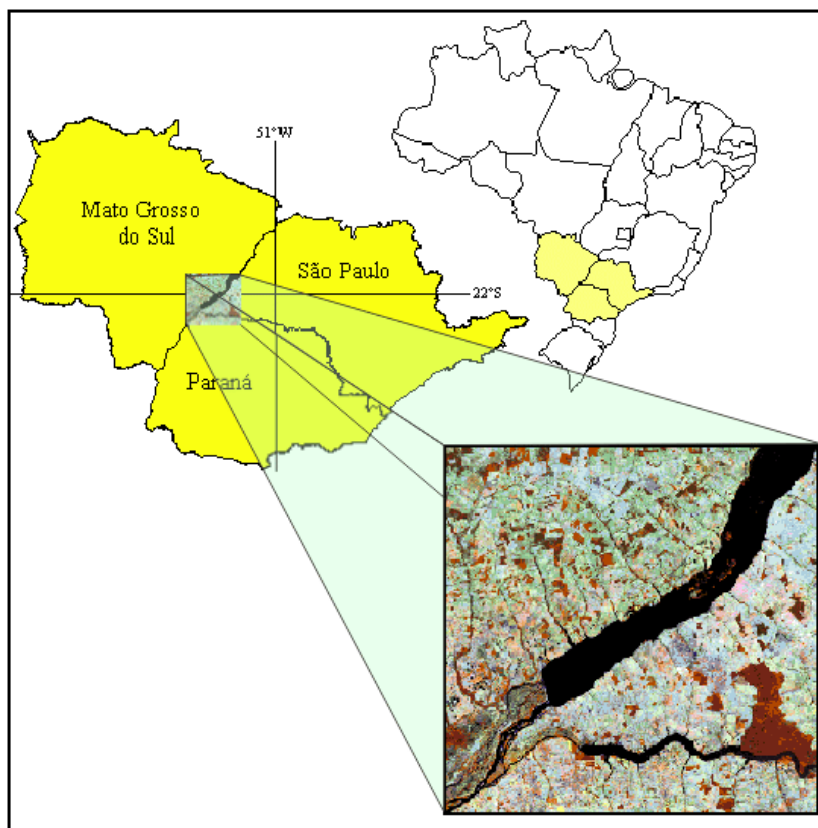


Figura 1 - Localização da Raia Divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul.
FONTE: PASSOS, 2006.

É pertinente a discussão sobre ocupação do território e as transformações sofridas pela paisagem durante o processo histórico, ocasionadas pelas dinâmicas socioambientais. O avanço da industrialização e outras atividades econômicas refletiram numa maior degradação ao meio ambiente. No caso da Raia SP – PR- MS, houve um grande desmatamento para a implantação da agricultura e pastagens. Isso refletiu na mudança da paisagem com o processo de erosão, formando voçorocas e o assoreamento dos cursos d'água. Além de provocar a desvalorização da terra para os pequenos produtores e conseqüentemente, o êxodo rural.

A ocupação no Sudoeste paulista é marcada pela produção agrícola, a princípio pelo avanço do café e da ferrovia no início do século XX. A partir da década de 1940 adota o algodão como cultura de produção. O desmatamento desenfreado e a ocupação ilegal das florestas foram a única forma de garantirem a posse das terras. A partir da década de 1960 ocorre uma desagregação da economia local e do mundo rural, iniciando a pecuarização.

O Noroeste paranaense foi priorizado por uma colonização mais moderna, com a construção de vias de circulação e pequenos centros urbanos apoiados por cidades de porte médio como: Maringá, Umuarama, Paranaíba, entre outros. A cultura do café dominava as

plantações de grandes proprietários. Enquanto buscavam cada vez mais aumentar o número de terras, as companhias colonizadoras adotaram o modelo da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), onde parcelaram o território em pequenos lotes que eram mais fáceis de vender.

Porém, os novos interesses dos mercados internacionais e as fortes geadas ocorridas em 1975, mudaram a utilização do solo para plantação de soja e trigo e para a pecuarização, ambas com baixa absorção de mão-de-obra. Resultou no êxodo rural, despovoamento de pequenas cidades, e a desintegração da economia local-regional. Esses fatores comprovaram a falência do modelo utilizado pela CTNP.

O Sudeste Sul mato-grossense era uma planície do alto curso do rio Paraná que foi inundada pelo lago formado pela construção da Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta em Porto Primavera. Fazendeiros do Oeste de São Paulo e Norte-Noroeste do Paraná compravam terras de várzeas e de cerrados para desenvolver atividades pecuaristas.

As preocupações socioambientais continuam a ser discutido dentro do tópico “Estratégias de Pesquisa”, com a elaboração de um Projeto Temático onde sejam realizadas análises de novos temas e novas abordagens, como o Turismo e Desenvolvimento Regional e Unidades de Conservação. A Raia apresenta nove áreas naturais:

A Raia Divisória SP-PR-MS apresenta algumas importantes unidades de conservação estaduais e federais. Em São Paulo: o Parque Estadual do Morro do Diabo, Parque Estadual do Aguapeí, Parque Estadual do rio do Peixe, Estação Ecológica do Mico Leão Preto e Reserva Estadual Lagoa São Paulo; No Paraná: Estação Ecológica Caiuá e Parque Nacional da Ilha Grande; no Mato Grosso do Sul: o Parque Estadual Várzeas do Ivinhema. E, entre estes Estados, a Área de Proteção Ambiental do rio Paraná. (PASSOS, 2005, p.55).

O recorte geográfico escolhido para o projeto são duas áreas protegidas: o Parque Estadual do Morro do Diabo que já apresenta um histórico de atividades lúdicas e educativas, e trabalhos ligados à proteção ambiental; e a última extensão do rio Baía que está inserido no Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema. Este local apresenta algumas características do Pantanal Mato-Grossense, sobretudo, em sua fauna. É um local que promove passeios de barco pouco divulgados e sem planejamento. As demais não serão analisadas pelos motivos: as Estações Ecológicas não podem desenvolver atividades turísticas segundo as normas do SNUC; o tempo de dois anos não é o suficiente para atingir aos objetivos propostos; algumas possuem o acesso muito difícil, o que demanda tempo e recursos financeiros disponíveis.

3.2 O PARQUE ESTADUAL DAS VÁRZEAS DO IVINHEMA¹

3.2.1 Localização e Área de Influência

O Parque Estadual das Várzeas do Ivinhema está localizado no Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul, entre as micro-regiões de Nova Andradina e Iguatemi. Compreende os municípios de Taquarussu (1.056,10 km²), Naviraí (3.172,90 km²) e Jateí (1932,80 km²). Sua localização e das áreas de influência podem ser visualizadas na Figura 2.

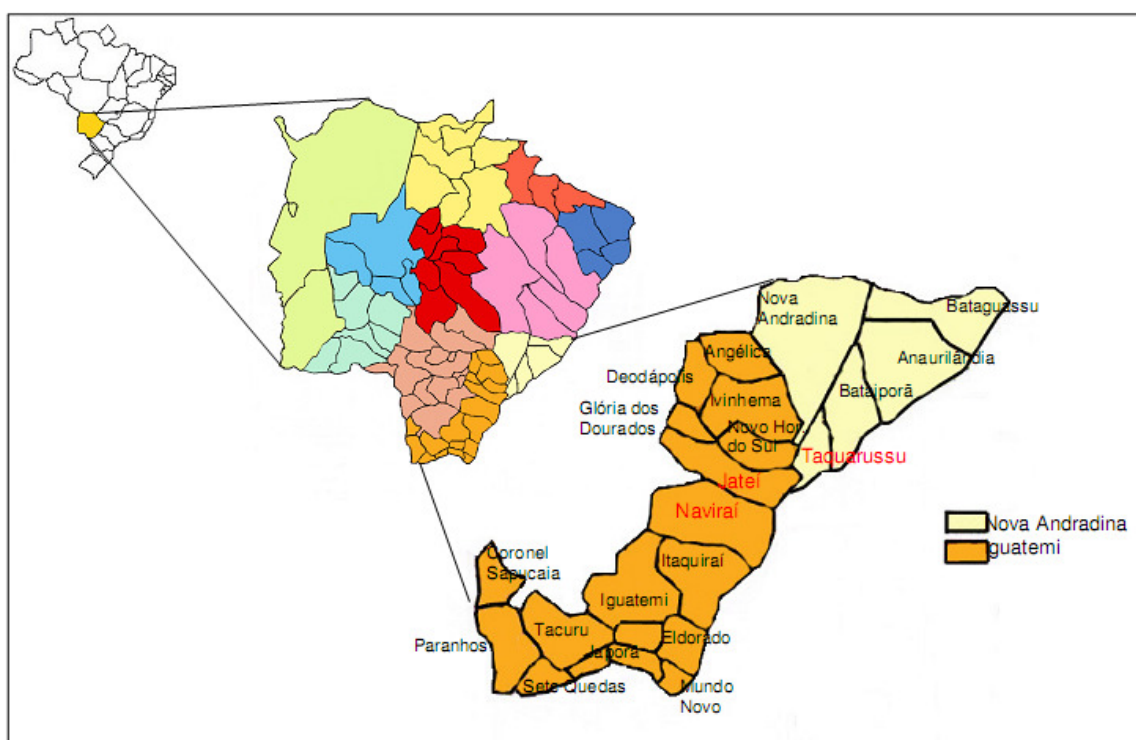


Figura 2: Localização das áreas de influência do Parque.

FONTE: Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, 2008.

O município de Naviraí foi fundado em 1952. Produz principalmente cana-de-açúcar, milho, mandioca, soja, mel, leite, lã e ovos de galinha. Possui 36.616 habitantes (IBGE, 2000), 89,1% mora na área urbana e 10,9% na área rural.

¹ As informações referentes ao PEVRI foram retiradas do seu plano de manejo (2008).

O município de Jateí começou a receber os primeiros colonos em 1954. Destaca-se a produção de soja, milho, mandioca, casulo do bicho-da-seda, ovos de galinha e leite. A sua população conta com 4.054 habitantes (IBGE, 2000), 57,19% encontra-se na zona rural.

O município de Taquarussu foi fundado em 1980. As principais produções agrícolas e pecuárias são: trigo, soja, milho, mandioca, mel, casulo do bicho-da-seda, ovos de galinhas e leite. É o município menos populoso com 3.493 habitantes (IBGE, 2000) com uma taxa de urbanização de 56,87% (1996).

3.2.2 Caracterização Ambiental

O Parque Estadual está inserido na Bacia Hidrográfica do rio Ivinhema, no baixo curso deste rio, que é um dos afluentes rio Paraná, no seu Alto Curso. A maior parte dos limites da unidade de conservação são os canais de drenagem. Na porção norte limita-se com os rios Baía, Guiraí, Ivinhema, Araçatuba e Curutuba. Na parte leste o rio Paraná, a sul o rio Laranjaí e a foz principal do rio Ivinhema. O objeto de estudo é o último segmento do rio Baía que deságua no rio Paraná, o Parque Estadual está a margem direita deste segmento.

O principal substrato geológico é a formação Caiuá que compõe a unidade inferior do Grupo Bauru, constituído por arenitos. Essas formações geológicas datam do Quaternário e são ligadas as variações paleohidrológicos e relacionados aos conjuntos colúvio-aluvial, aluvial e fluvial.

Foram mapeadas na Unidade de Conservação as seguintes unidades morfológicas: Planície Fluvial (Zona de Paleobarras, Zona de Bacia de Inundação, Zona de Diques e Zona de Canal); Terraço Alto; Terraço Médio; e Terraço Baixo (Zona de Leque Aluvial, Zona de Retrabalhada e Zona Reliquiar).

A vegetação da área do parque engloba: a Floresta Estacional Semidecidual, áreas de transição entre a Floresta Estacional Semidecidual com o Cerrado e a Vegetação Pioneira de Influência Fluvial com a Lacustre. As características serão apresentadas no Quadro 7. As duas primeiras formações vegetais apresentadas encontram-se reduzidas, muito degradadas e em estágio de sucessão ecológica secundária. Já a vegetação Pioneira de Influência Fluvial está

localizada em áreas de difícil acesso, favorecendo sua conservação. Ocorrem queimadas em algumas partes para a extração do *ginseng*², porém, sua regeneração é rápida.

Quadro 7 – Características da vegetação do PEVRI

VEGETAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
<i>Floresta Estacional Semidecidual</i>	▪ Dupla estacionalidade climática: a tropical com chuvas intensas de verão seguidas de estiagem e a subtropical sem período seco;
<i>Vegetação Pioneira de Influência Fluvial/ Lacustre</i>	▪ Vegetação de terrenos rejuvenescidos; ▪ São comunidades vegetais de planícies aluviais que representam as cheias dos rios ou as depressões alagáveis durante o ano;
<i>Vegetação de Transição ou Áreas de Tensão Ecológica</i>	▪ Cruzamento de duas ou mais regiões; ▪ Constitui a transição florística (ecótono);

FONTE: Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, 2008.

Em relação a identificação da fauna foram divididos em três grupos taxonômicos que representam grande importância na região: mastofauna, avifauna e ictiofauna. Podem ser encontradas algumas espécies, como por exemplo: *Felis concolor* (onça parda), *Panthera onca* (onça pintada), *Felis colocolo* (gato palheiro), *Herpailurus yagouaroundi* (gato jaguarundi), *Blastocerus dichotomus* (cervo-do-pantana), *Tayassu pecari* (queixada), *Hydrochaeris hydrochaeris* (cavibara) e *Procyon cancrivorus* (mão-pelada), *Chloroceryle sp.* (martim-pescador), *Ciconia sp.* (cegonha), *Mergus octosetaceus* (mergulhão), *Ardea cocoi* (graça-parda), *Phalacrocorax brasilianus* (biguá), *Tigrisoma sp.* (socó-boi) e brasileirinho.

A Lista Oficial do IBAMA apresenta as espécies que estão ameaçadas ou em perigo de extinção no Parque: onça-parda (*Felis concolor*), onça-pintada (*Panthera onca*), lontra, (*Lutra longicaudis*), *Felis colocolo* (gato palheiro), *Herpailurus yagouaroundi* (gato jaguarundi), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), cervo-do-pantanal (*Blastocerus*

² Ginseng. s.m. Erva de raízes longas e carnudas usadas para fins medicinais. (DICIONÁRIO AURÉLIO ONLINE).

dichotomusa) e veado-campeiro (*Mazama americana*), soco-boi (*Tigrisoma sp*), gavião-pomba (*Leucopternis polionota*) e mergulhão (*Mergus octosetaceus*), jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*).

3.3 O PARQUE ESTADUAL DO MORRO DO DIABO³

3.3.1 Localização e Área de Influência

O Parque Estadual do Morro do Diabo (PEMD) localiza-se no município de Teodoro Sampaio, porção sudoeste do Planalto Ocidental do estado de São Paulo, na região conhecida como Pontal do Paranapanema (Figuras 4 e 5). O número total de habitantes do município corresponde a 20.003 (IBGE, 2000), sendo que 4.081 estão na área rural e 15.922 estão na área urbana.

As construções das usinas hidrelétricas de Taquaruçu, Rosana e Porto Primavera apresentam relação econômica direta com os municípios do Pontal do Paranapanema. Teodoro Sampaio fica estrategicamente entre essas usinas, o que atraía cada vez mais pessoas em busca de empregos. Outro fator de desenvolvimento marcante foi a construção da Destilaria Alcídia, que recebeu incentivos do Pró-Álcool. A pauta de culturas agrícolas do município são: cana-de-açúcar, arroz, feijão, algodão herbáceo, soja, milho e café.

³ As informações referentes ao PEMD foram retiradas do seu plano de manejo (2006).

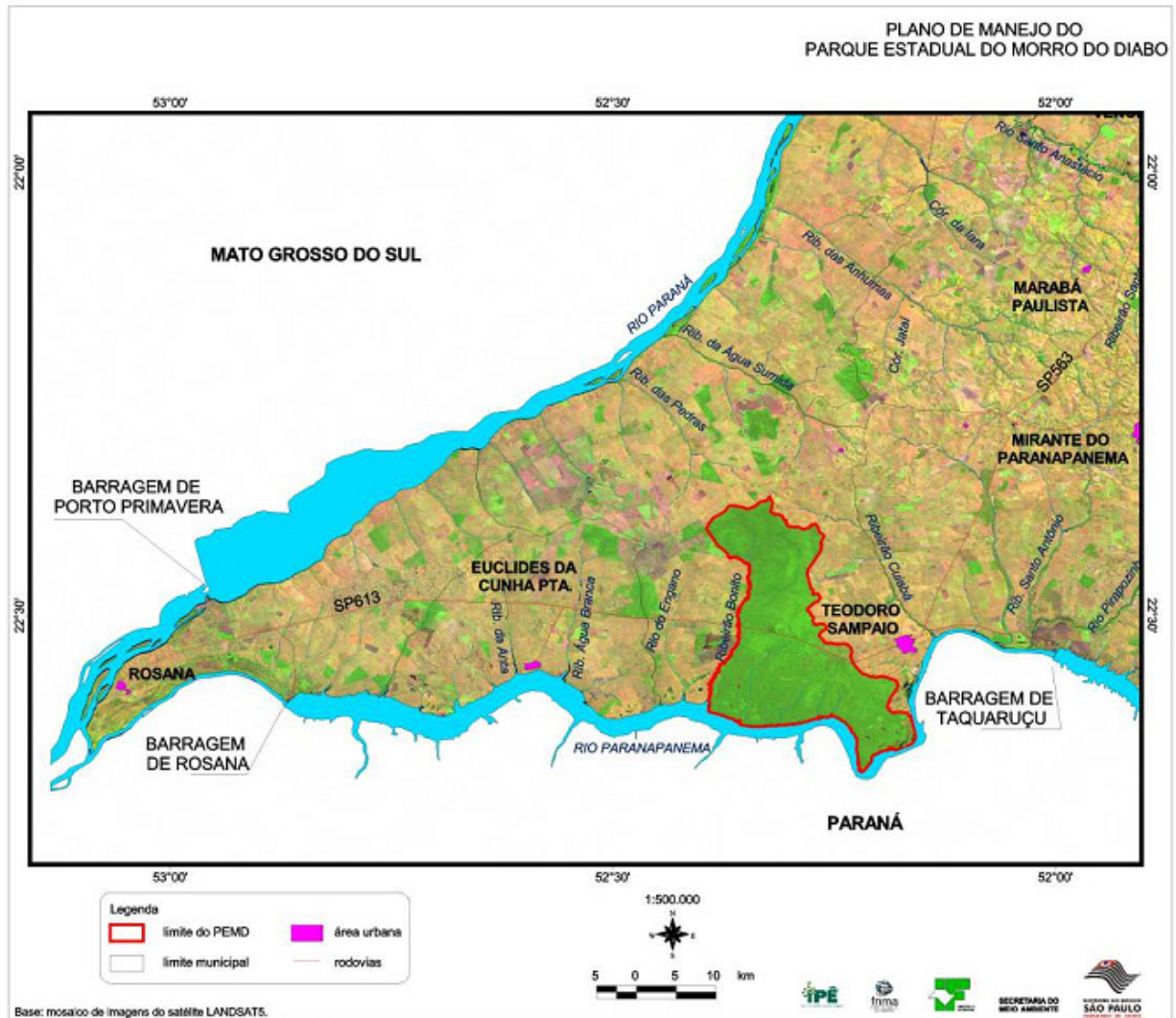


Figura 3 – Localização do PEMD no Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo.
FONTE: Instituto Florestal, 2006.

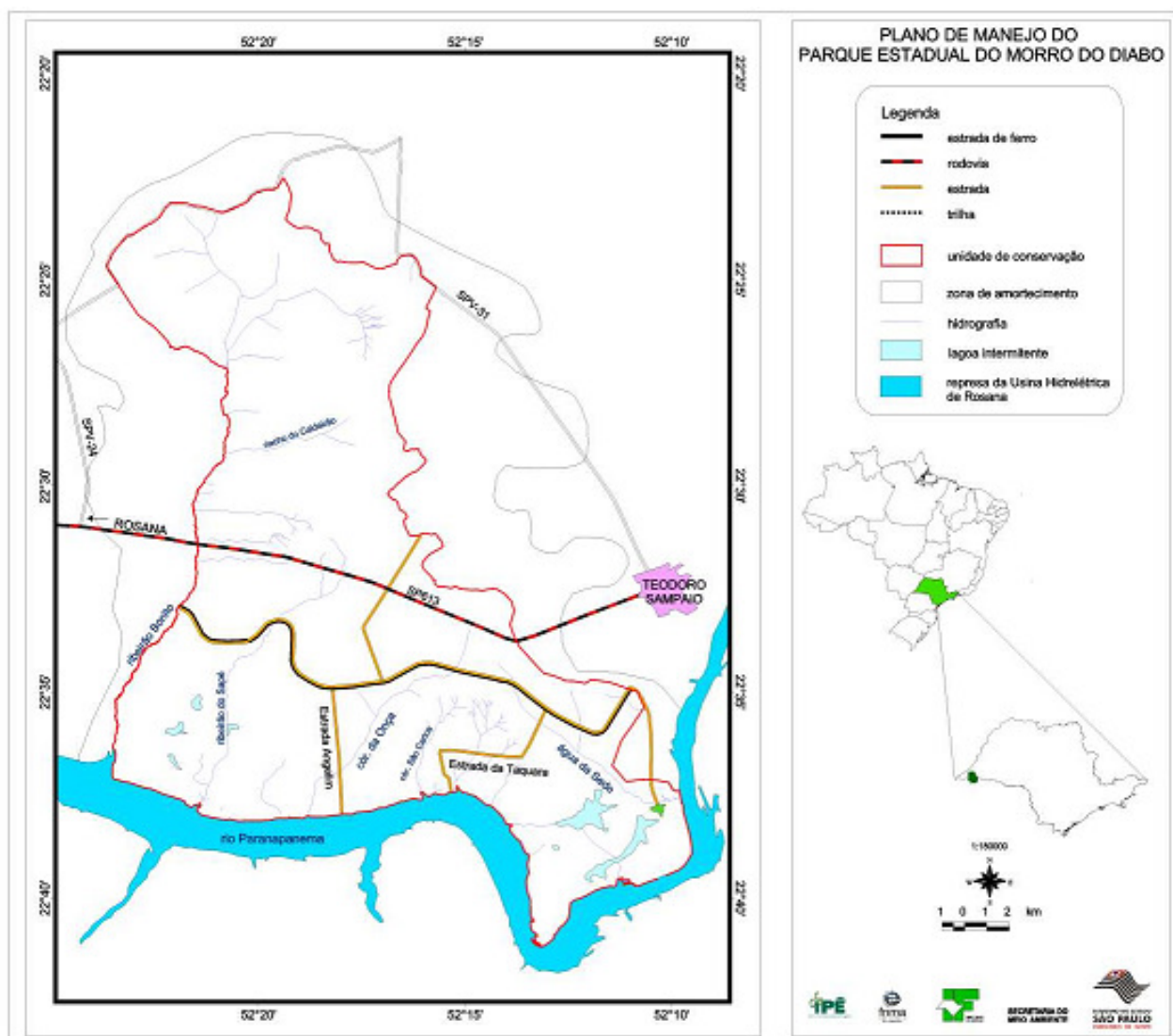


Figura 4 – Localização e vias internas do PEMD.
 FONTE: Instituto Florestal, 2006.

3.3.2 Caracterização Ambiental

A vegetação da área do PEMD corresponde a Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Tropical Subcaducifólia), que está relacionada a um ambiente tropical, com um clima de duas estações, sendo uma chuvosa e outra seca, com temperaturas médias em torno de 21°C. Este clima ocasiona uma estacionalidade foliar dos elementos arbóreos dominantes, são adaptados a estação desfavorável (seca), onde a percentagem de árvores caducifólias no conjunto florestal situa-se entre 20% e 50% (IBGE, 2004).

Foram registradas 266 espécies. Desse total, 247 são de porte arbóreo, 17 arbustivas e duas herbáceas, pertencentes a 65 famílias. Na área é possível observar outras

fitofisionomias como o sapezal e uma mancha de cerrado que apresentam a flora mais pobre. Este último teve 50% das espécies registradas em uma única fitofisionomia.

Foram encontrados ao norte do Córrego Caldeirão, resquícios de cerrado, mas que não apresentam troncos retorcidos, isso se deve, provavelmente, a ausência de fogo. Ainda não foram identificadas outras áreas com a presença do cerrado.

A média de temperatura anual é de 22°C, precipitação de 1.300mm/ano, com duração do período seco de 1 a 3 meses, que ocorrem durante a estação de inverno.

O relevo apresenta formas com topos aplainados, vertentes convexas e vales em “V” abertos, com presença de planícies aluviais com uma drenagem de baixa densidade. O ponto mais alto do Morro do Diabo fica a 599,5m acima do nível do mar. O substrato geológico encontrado é composto pela Formação da Serra Geral, Formação Caiuá e Formação Bauru.

São encontradas na unidade cinco pequenas bacias hidrográficas: Ribeirão Bonito, e os córregos da Onça, São Carlos, do Caldeirão e do Sapé. Todos os cursos d’água, exceto o Ribeirão Bonito, são afluentes do rio Paranapanema e suas bacias são circunscritas aos limites do Parque.

O PEMD abriga uma grande biodiversidade com mais de 200 espécies de aves, mais de 400 espécies de borboletas, mais de 50 espécies de répteis e mamíferos e espécies de peixes e anfíbios. Entre os primatas foram localizados três espécies: mico-leão-preto (*Leontopithecus chrysopygus*), bugio (*Alouatta fusca*) e o macaco prego (*Cebus apella*). As duas primeiras espécies apresentadas são endêmicas da Mata Atlântica. O mico-leão-preto é o símbolo do Parque e também uma das espécies ameaçadas de extinção no mundo.

Na ordem dos carnívoros, podem ser destacados: onça-pintada (*Panthera onca*), onça-parda (*Puma concolor*), jaguatirica (*Leopardus pardalis*). As espécies mais comuns de serem encontradas são: o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), a irara (*Eira barbara*) e o quati (*Nasua nasua*).

Os demais mamíferos que podem ser encontrados são: anta (*Tapirus terrestris*), cateto (*Tayassu tajacu*), queixada (*T. pecari*), a paca (*Agouti paca*) e a cutia (*Dasyprocta azarae*), tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*), entre outros.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 PARQUE ESTADUAL DAS VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA⁴

O Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema foi a primeira Unidade de Conservação de Proteção Integral a ser criada no Estado do Mato Grosso do Sul. Sua fundação ocorreu em 17 de dezembro de 1998 com 73.300 hectares, é a única unidade que está localizada no rio Paraná. Recebeu forte apoio da Universidade Estadual de Maringá pelo Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura (NUPÉLIA), da Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e do Ministério Público.

É a maior unidade criada pela Companhia Energética de São Paulo – CESP – como medida de ação compensatória pela construção da Usina Hidrelétrica Eng.º Sérgio Motta (Lei nº 9985/00). Ficou de inteira responsabilidade do órgão a desapropriação da área, a instalação de uma parte da infra-estrutura e o recrutamento da equipe técnica para a realização de estudos para a elaboração do Plano de Manejo.

A importância do parque atinge o nível nacional, pois abriga o último fragmento do represamento das várzeas e terraços da floresta estacional do rio Paraná no país, pois mantém as características hidrológicas e ecológicas das várzeas. Além de servir de refúgio para espécies de fauna e flora, com destaque para as aves migratórias e a preservação e conservação da ictiofauna.

Passou a integrar a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) como núcleo representativo do Estado do Mato Grosso do Sul a partir de 2002, assim como, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena. A partir do Decreto nº 11.977 de 22 de novembro de 2005, foi criado o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica representado por membros do governo e não governamentais. A posse e a primeira reunião ordinária ocorreram no dia 07 de novembro de 2006, e passaram a ser realizadas discussões para fortalecer as Zonas de Núcleos da RBMA.

Os principais objetivos para a criação do parque são: conservar fragmentos de Floresta Estacional Semidecidual Aluvial de Domínio Atlântico; conservar os remanescentes das

⁴ As informações referentes ao PEVRI foram retiradas do seu plano de manejo (2008).

várzeas e ecossistemas associados do rio Ivinhema e Paraná; manter mecanismos de regulação natural das bacias hidrográficas locais; promover a preservação da diversidade genética das espécies, principalmente àquelas ameaçadas de extinção.

A situação fundiária da unidade está na fase final de regularização, na qual, as áreas deverão ser doadas pela CESP ao Estado do Mato Grosso do Sul. As áreas em processo de desapropriação correspondem a 6.690,6949 ha. Após a aquisição total da área, será formalizado o título de posse definitivo ao Governo do Estado.

4.1.1 Atrativos das Áreas de Influência

Segundo o Decreto nº 12.637 que cria e ordena o Uso do Solo e Água no entorno do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema – MS, referente às atividades turísticas relata:

- **Art. 20º.** Todas as atividades de turismo deverão ser regulamentadas
- **Parágrafo primeiro.** Todo empreendimento turístico implantado ou a ser implantado deverá ser licenciado pelos órgãos competentes e atender às normas sanitárias, bem como a de proteção dos recursos naturais.
- **Parágrafo segundo.** As atividades de turismo não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais da região.

Os municípios de influência do Parque Estadual contam com algumas atividades turísticas. Em Naviraí existe um pesque-pague, Balneário Tijuí, Horto Florestal, Bosque Municipal e algumas fazendas antigas abertas à visitação. Em relação às atrações culturais são realizadas: Festa das Nações, Carnaval Popular, Alambique Tatuí, COOPECOUNTRY e a venda de artesanato na Casa da Cultura.

É o município que apresenta melhor infra-estrutura urbana por apresentar três agências bancárias, três agências de correio e quatro caixas de coleta, uma Caixa Econômica Federal e um Banco do Brasil, rede hoteleira (sem descrição e especificação dos empreendimentos), postos de gasolina, delegacia de polícia, quatro hospitais, três centros de saúde, e transporte intra e extra-estadual.

O município de Jateí conta com o Balneário do rio Verde onde é permitido acampar, porém, possui apenas um bar apresentando uma infra-estrutura de alimentação precária, existe uma quadra esportiva e um pequeno salto com piscina para banho. O evento cultural mais importante é a Festa do Padroeiro São Pedro, realizada no mês de junho, com uma fogueira

que atinge até 60m de altura. A infra-estrutura urbana é pouco aparelhada com apenas duas agências de correio e uma caixa de coleta, uma agência bancária e um hospital.

Em Taquarussu são realizadas algumas atividades esportivas nos rios Ivinhema, Baía, Córrego do Baile e Lagoa do Bandeira. Das festividades destacam-se a Missa Campeira e a Festa do Peão de Rodeio. Os serviços são limitados contando com apenas um hospital, uma agência de correio e uma caixa de coleta de cartas, não existem agências bancárias.

No Plano de Manejo do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema, quando apresentados os atrativos das áreas de influência, na cidade de Naviraí não ficam especificados quais são as atividades oferecidas pelas fazendas, como elas são organizadas e se existem alguma parceria com o município ou agências de turismo. Em Taquarussu são desenvolvidas atividades nos rios declaradas esportivas, mas não especificadas, faltando informações se são atividades da área de turismo de aventura ou pesca. É afirmado pelo plano a ocorrência de visitas no parque, mas não são especificadas as atividades realizadas e a partir de qual anos elas começaram.

Entende-se no plano de manejo que a estruturação do parque e as políticas de desenvolvimento da área de uso público são recentes e apresenta a necessidade da instalação de uma infra-estrutura básica e de apoio para a realização de atividades de educação ambiental, como a construção de banheiros, bebedouros, centro de visitantes, entre outros. As atividades turísticas ainda seguem na informalidade.

4.1.2 Programa de Uso Público

O Plano de Manejo do parque apresenta o Programa de Uso público que objetiva direcionar e orientar seu uso pelo público, promover a educação ambiental e estabelecer ações para o atendimento ao turista. Está enquadrado nas zonas de Uso Extensivo da Unidade de Conservação e compõe-se do Subprograma de Recreação e o Subprograma de Interpretação e Educação Ambiental.

4.1.3 Subprograma de Recreação

O Subprograma de Recreação tem como princípio despertar o interesse dos visitantes quanto a convivência com o meio ambiente com a realização de atividades recreativas. Os objetivos específicos são: elaborar atividades e estruturas de recreação planejadas de acordo com as aptidões do parque; montar uma equipe capacitada de funcionários, guias e condutores; ordenar as pequenas visitas já realizadas.

Espera-se alcançar os seguintes resultados: que a visitação atenda as Normas Gerais do Parque; as atividades e estruturas de recreação sejam harmônicas com o ambiente natural; os turistas sejam orientados por guias capacitados nas atividades de recreação; os visitantes realizem atividades com segurança; e que as visitas já existentes sejam reordenadas e orientadas.

Os indicadores utilizados para alcançar os resultados são: o número de visitantes registrados por mês; o número de estruturas instaladas para receber os visitantes; o número de pessoas treinadas para receber visitantes; o número e qualidade das atividades oferecidas aos visitantes; o número de fichas de avaliação dos visitantes positivas quanto à experiência adquirida.

As atividades a serem realizadas para a elaboração do subprograma contam em elaborar um Projeto Específico de Recreação para ordenar as áreas de uso público. Adequar periodicamente as atividades propostas, a infra-estrutura e a visitação, conforme a avaliação de impacto (capacidade de carga) que esteja provocando no ambiente, de acordo com os subsídios oferecidos pelo subprograma de monitoramento ambiental.

Para a realização das atividades e recepção aos visitantes é necessário construir uma infra-estrutura mínima contando com um centro de visitantes e alojamentos na porção sul do parque; construção de torres de observação de ecossistemas em pontos indicados do rio Ivinhema conforme a Carta de Subsídio ao Uso Público; criação de um sistema de sinalização com placas indicativas, educativas e informativas nas áreas de recreação; construção de alojamentos rústicos; criação de um atracadouro para embarque e desembarque no rio Ivinhema, Lagoa da Peroba e Lagoa Vista Alegre. Os pontos de parada devem ser identificados com placas informativas que devem ser elaboradas em conjunto com o Subprograma de Interpretação e Educação Ambiental. Dentro do projeto recreativo proposto deverá ser planejado o material informativo que deve conter as normas de visitação, referentes às atividades de recreação e disponibilizá-la para o público no Centro de Visitantes,

alojamentos e museus. A duração das visitas e o tamanho dos grupos deverão ser planejados conforme a infra-estrutura física existente e do pessoal disponível para atender visitantes. Todos os turistas deverão passar pelo centro de visitantes para ver exposições e receber orientações sobre: programas de excursões, medidas de segurança e procedimentos na visita. Determinar pontos ao longo do rio Ivinhema para a observação dos ecossistemas de Várzea e Floresta. A observação da avifauna deve ocorrer principalmente nos meses de janeiro a março. O passeio de barco guiado para contemplação de beleza cênica pelos rios Ivinhema e Curupaí, prioritariamente, sendo que posteriormente poderão ser implementadas atividades turísticas também nos rios Iputã, Curutuba, Guiraí e Lagoa da Peroba e Lagoa Vista Alegre. Por último, o passeio guiado pela estrada principal do parque para observação de ecossistema de várzea são específicos para escolas públicas da região.

Os requisitos necessários são os recursos financeiros e humanos disponíveis; as placas, folders indicativos e informativos elaborados e instalados; a infra-estrutura implantada; formação do grupo de condutores de visitantes (guias locais e funcionários) capacitados.

O subprograma tem como prioridades ordenar as visitas que já ocorrem informalmente, principalmente no rio Curupaí, rio Ivinhema e estrada principal de acesso, com a implementação de infra-estrutura mínima contemplando: aquisição de veículo, barco de no máximo 15 hp, bote e implantação de algumas placas informativas; definir capacidade de suporte das áreas de visitação; e elaborar o Projeto Específico de Recreação.

4.1.4 Subprograma de Interpretação e Educação Ambiental

Este subprograma busca a promoção da compreensão do meio ambiente e sua relação com o parque. Por meio da Educação Ambiental serão desenvolvidos trabalhos educativos que envolvam os problemas ambientais e as questões culturais e ambientais. As atividades serão realizadas no Centro de Visitantes ou de Vivência. Serão necessários recursos financeiros disponíveis; equipe de educação ambiental formalizada; equipe de guias e monitores capacitados; infra-estrutura implementada.

Como indicadores serão utilizados os números de eventos apresentados no Centro de Visitantes; números de ingressos e/ou visitantes registrados anualmente; número de atividades de educação oferecidas pelo PENT; número dessas atividades conduzidas pelo PENT; e o número de instrumentos educativos e interpretativos.

Pretende-se atingir os seguintes resultados: processos educativos e sistema de interpretação no PEVRI; conscientização dos visitantes diante da importância da existência do parque; visitantes informados e orientados pelos programas de educação e interpretação ambiental; o mesmo programa divulgando conhecimentos e divulgando o parque.

Para alcançar os resultados será elaborado um projeto específico de Interpretação e Educação Ambiental; exposições sobre os aspectos culturais e naturais do parque no centro de visitantes; elaboração de um mapa pictórico na escala de 1: 100000 com zoneamento e croqui da área de uso público; criação de um calendário para que as ocorrências naturais sejam registradas e indicadas a época de observação; formatação de material explicativo sobre as áreas que não podem ser visitadas pelo público e o porquê; criação de placas para serem vistas durante os passeios, a respeito dos recursos naturais; capacitar guias e condutores que irão atender os visitantes; subsidiar o Programa de Integração com a Área de Influência no desenvolvimento de estratégias para a inclusão da temática PEVRI na educação ambiental formal e informal na zona de amortecimento.

As prioridades adotadas pelo subprograma será a formação da equipe de interpretação e educação ambiental; a capacitação de guias e monitores; e a elaboração do plano de interpretação e educação ambiental para o programa de uso público.

4.1.5 Levantamento da potencialidade e atrativos turísticos no rio Baía

O trabalho de campo foi realizado no dia 22 de outubro de 2008 com o objetivo de fazer um reconhecimento da área e levantar o potencial e os atrativos turísticos. O horário recomendado para se avistar animais é no período da manhã segundo o pesquisador Prof. Dr. Edson Luís Piroli que também realiza estudos na área. As fotos são de autoria da pesquisadora.

A saída ocorreu do bairro Campinho no município de Rosana/SP e um barqueiro local foi contratado para realizar o trajeto. Para chegar ao rio Baía foi necessário contornar algumas ilhas no rio Paraná, o trajeto dura em torno de 1h20 minutos. A paisagem, a extensão e a transparência do rio Paraná são de grande beleza peculiar como pode ser notado na Foto 1.

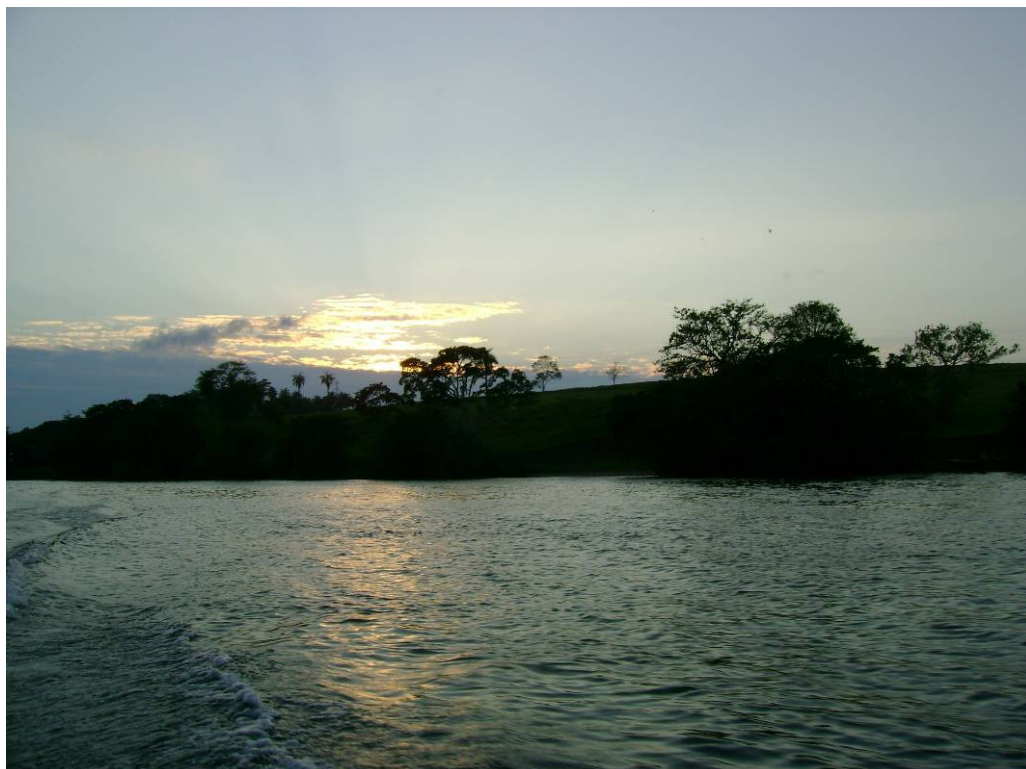


Foto 1 – Rio Paraná.

FONTE: a autora.

Há muitos pescadores e casas nas ilhas o que permite observar o modo de vida da comunidade ribeirinha. Em particular, a Ilha dos Pneus é um atrativo turístico por ser circundado por pneus e obras artesanais feitas de madeira (Fotos 2 e 3). Foi possível descer na ilha para conhecê-la e tirar fotografias. Não se tem informações sobre o dono das obras construídas, porém, são ao mesmo tempo rústicas e bem trabalhadas.



Foto 2 – Ilha dos Pneus.
FONTE: a autora.



Foto 3 – Banco feito de madeira na Ilha dos Pneus.
FONTE: a autora.

Outro local utilizado por visitantes é uma pequena praia natural, próxima à cidade de Porto Rico (PR). Os barqueiros deste município oferecem o transporte e nos finais de semana quiosques são montados na praia para a venda de comidas e bebidas. Na Foto 4 pode ser observado no meio da praia as estruturas de madeira para a montagem dos quiosques. Durante a visita a praia estava limpa e sinalizada com placa de advertência onde não é recomendado nadar.



Foto 4 – Praia próxima a Porto Rico (PR) freqüentada por turistas e vendedores.
FONTE: a autora.

Ao longo do trajeto do rio Baía foi possível avistar animais como o macaco bugio (Foto 5), tuiuiú (Foto 6), anta, garça e cervo-do-pantanal (Foto 7). As figuras da garça, da anta e outras espécies de pássaros não foram registradas pela velocidade dos animais, as fotos ficaram com pouca resolução.



Foto 5 – Macaco bugio.
FONTE: a autora.



Foto 6 – Tuiuiú.
FONTE: a autora.



Foto 7 – Cervo-do-Pantanal.
FONTE: a autora.

A experiência do roteirista em conhecer o rio e os animais ajudou na aproximação. Algumas áreas não puderam ser analisadas pelo baixo nível da água. Nesse caso, segundo o pesquisador Edson Luis Piroli uma opção seria a navegação por catamarãs, pois flutuariam melhor nessas partes rasas, além de comportarem mais pessoas e provavelmente reduzir os custos.

O levantamento do potencial e dos atrativos naturais no rio Baía foi importante para testemunhar a presença de uma região singular e com características que lembram ao do Pantanal Mato-Grossense por ser uma grande região de várzea incisa na Mata Atlântica. Segundo informações do barqueiro da região, também são encontrados o jacaré do papo-amarelo e a cobra sucuri que costuma se refugiar no meio das macrófitas aquáticas (Foto 8). O contato visual com esses animais foi o ponto máximo do trajeto, além da paisagem exuberante do rio Paraná e outras curiosidades que podem ser visitadas, como a Ilha dos Pneus, o encontro dos rios Paraná e Paranapanema, e as praias naturais próximas a Porto Rico/PR.



Foto 8 – macrófitas aquáticas.
FONTE: a autora.

É um passeio para turistas de contemplação cênica e contato direto com os elementos naturais que pode ser realizado na região da Raia Divisória estudada nesta pesquisa. O Pantanal Mato-Grossense é um destino de ecoturismo internacional, e pelo crescente número de visitantes, os custos para conhecê-lo também são mais altos. Os moradores da região abrangida pela raia divisória SP-PR-MS tem a oportunidade de conhecer esse peculiar ecossistema em distâncias menores e conseqüentemente, com custos reduzidos.

Antes de retornar, foi possível visitar outro atrativo turístico do município de Rosana: o encontro dos rios Paraná e Paranapanema (Foto 9). Ao observar o encontro, nota-se que o rio Paranapanema é mais turvo e possui mais sedimentos, o rio Paraná é mais claro. Dependendo da época do ano o rio Paraná apresentar mais sedimentos e também fica com a cor mais turva, parecendo que os dois rios são apenas um.



Foto 9 – Encontro dos Rios Paraná e Paranapanema.
FONTE: a autora.

Ao buscar informações e trabalhos acadêmicos sobre o desenvolvimento do turismo e do ecoturismo no Parque Estadual das Várzeas do Ivinhema, pouco foi encontrado. Muitas pesquisas na área ambiental são realizadas nas várzeas do rio Ivinhema, o Nupélia (Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia, Aqüicultura) é um exemplo de instituição que atua na região.

Os sites oficiais das prefeituras municipais da área de influência do parque fornecem poucas informações ligadas ao turismo. O site municipal de Taquarussu encontra-se desatualizado; o site municipal de Jateí apresenta algumas notícias sobre incentivos para a realização de um plano turístico na cidade, vale salientar que o município não possui Secretaria de Turismo; e no site de Naviraí são levantados apenas os potenciais e as unidades de conservação abrangidas.

A valorização da informação via *web* é uma ferramenta positiva para a divulgação do turismo de um município, região e unidade de conservação. Ao buscar informações na *web* a respeito das áreas protegidas europeias, foram encontrados sites completos com informações ambientais, legais, atrativos, roteiros, história entre outros. Tornou possível conhecer melhor as características da área protegida para planejar uma viagem e para divulgar aos amigos,

parentes e pessoas interessadas. Os dois parques estudados ainda não apresentam *sites* próprios.

A falta de informações e pesquisas evidencia a carência de estudos na área de turismo numa importante unidade de conservação (PEVRI) que tem como uma das ferramentas para sua gestão, o programa de uso público. Os subprogramas são importantes para a elaboração de projetos específicos, levantamentos sobre as trilhas existentes, as trilhas que podem ser utilizadas para visitação, qual a capacidade de carga, o nível de segurança e atrativos. Também como gerador de renda, os subprogramas deve visar a contratação de profissionais residentes da região e treiná-los com cursos de capacitação.

4.2 PARQUE ESTADUAL DO MORRO DO DIABO⁵

O Parque Estadual do Morro do Diabo está localizado no Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo. É uma região marcada por diversos conflitos sociais e políticos, grilagem de terras, devastação ambiental, ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelos impactos provocados pela construção das usinas hidrelétrica Eng.º Sérgio Motta, no rio Paraná e ainda, pelas UHEs de Rosana e de Taquarussu no rio Paranapanema.

O Pontal foi habitado principalmente pelas comunidades indígenas *Kaingang*, Caiuá, Guarani e Coroadó. Por volta de 1648, os bandeirantes passaram a explorar o Pontal para capturar e escravizar os índios e posteriormente os trabalhadores do campo, marcando a história com muita violência.

Na segunda metade do século XIX, partes das terras da região passaram a ser griladas, formando a fazenda Pirapó – Santo Anastácio (238 mil alqueires). O Estado tentou impedir o processo de grilagem, mas sem muito sucesso (FERNANDES; RAMALHO, 2001).

No mesmo período começaram a aparecer os primeiros indicativos para a criação de reservas. Em 1941, foi criada a primeira Reserva Florestal do Pontal do Paranapanema: a Reserva Florestal do Morro do Diabo com aproximadamente 37.000 hectares. No ano seguinte foi criada a Reserva da Lagoa São Paulo e a Grande Reserva do Pontal com 246.840

⁵ As informações referentes ao PEMD foram retiradas do seu plano de manejo (2006).

hectares. Essas ações foram tomadas pelo Governador do Estado de São Paulo, Fernando Costa.

Em 1946, o governador sofreu um acidente de carro e faleceu. Foi substituído por Adhemar de Barros que permitiu a construção de uma ferrovia que atravessava as reservas do Pontal. Conhecida como ramal de Dourados, partia de Presidente Prudente em direção as barrancas do rio Paraná.

As queimadas constantes e propositas dos grileiros destruíram a Reserva Lagoa São Paulo e conseqüentemente, passaram a destruir a Grande Reserva do Pontal. Em 1954, ocorreu o chamado “golpe da arrematação” nas terras da Reserva do Morro do Diabo. Isso fez com que o governador Lucas Nogueira Garcez com a ação da Polícia Federal e soldados da Força Pública, retirassem os grileiros da área.

No ano seguinte o governo foi assumido por Jânio Quadros, no qual, recebeu em mãos o relatório sobre a situação do Pontal do Paranapanema e da Alta Sorocaba. Como medidas: mandou demitir e processar os funcionários públicos envolvidos em trâmites ilegais; abriu inquéritos contra os ocupantes das terras; reorganizou o cadastro imobiliário do Estado, acabando com os leilões de terras e cobrança de impostos; instalou cercas vivas e placas nos limites; recomendou a aquisição de animais de montaria para os guardas; e construção de alojamentos para soldados.

Pediu o levantamento aerofotogramétrico ao Instituto Geográfico e Geológico, o que possibilitou constatar que 11% da Grande Reserva do Pontal haviam sido desmatadas. Publicou três decretos, tendo como base os decretos-lei de Fernando Costa que tinham por objetivo resgatar as reservas Lagoa São Paulo e Grande Reserva e impedir o transporte ilegal de madeira e os incêndios criminosos.

Porém, todos os esforços do governo Jânio Quadros foram desrespeitados pelo governo de Adhemar de Barros que retornou em 1966 ao estabelecer um novo Decreto que revogou os três editados por Jânio Quadro. Novamente a violência e a corrupção se instalaram no Pontal.

Em 04 de julho de 1986, através do Decreto Estadual nº 25.342, a Reserva do Morro do Diabo passou para a categoria de Parque. Este Decreto foi alterado pelo Decreto Estadual nº 28.169 de 21 de janeiro de 1988 que definia a área em 33.845,33 hectares, contando com a ferrovia (Ramal de Dourados), a rodovia SP-613, o aeroporto e o represamento do rio Paranapanema provocado pela construção da Usina Hidrelétrica de Rosana.

O alagamento provocado por essa construção no Lago de Rosana ocorreu em 1986 e cobriu 2.000 hectares de suas matas. Nesse mesmo ano, o Instituto Florestal passou a integrar

a Secretaria do Meio Ambiente. E em acordo com a CESP atendendo as medidas compensatórias, foi possível contratar mais funcionário para trabalhar na Unidade; aquisição de veículos terrestres e aquáticos; máquinas agrícolas; e instalação de infra-estrutura para a realização de pesquisas e hospedagem.

4.2.1 Programa de Uso Público

As atividades relacionadas ao turismo estão inseridas no Programa de Uso Público do Plano de Manejo do Morro do Diabo. Em conjunto com a Educação Ambiental são desenvolvidas desde a década de 1980. A infra-estrutura conta com o Centro de Visitantes, Museu Natural, Trilhas, Viveiro Escola e Observatório de Avifauna. O Quadro 8 representa as trilhas existentes no parque.

Quadro 8 – Trilhas do Parque do Morro do Diabo

Trilha do Morro do Diabo Extensão: 2,5 km. Perfil altitudinal: 388m → 600m. Percurso: 2 horas. Nível de Dificuldade: médio. Piso da Trilha: terra e pedras. Usos possíveis: caminhada.	Trilha do Papagaio Extensão: 7,5 km Perfil altitudinal: 360m → 430m Percurso: Nível de Dificuldade: baixo. Piso da Trilha: terra. Usos possíveis: caminhada e mountain bike.	Trilha do Picadão Extensão: 20,8 km. Perfil altitudinal: 285m → 430m Percurso: Nível de Dificuldade: baixo. Piso da Trilha: terra. Usos possíveis: caminhada, mountain bike e veículos motorizados adequados.	Caminho do Cerradinho Extensão: 1,3km. Perfil altitudinal: 395m → 360m Percurso: 25 minutos de caminhada. : caminhada, mountain bike e acessível Nível de Dificuldade: baixo. Piso da Trilha: terra. Usos possíveis à cadeira de rodas.
Aceiro da Rodovia Extensão: 15 km. Perfil altitudinal: 410m → 280m. Percurso: 4 horas de caminhada. Nível de Dificuldade: baixo. Piso da Trilha: terra. Usos possíveis: caminhada, mountain bike, veículo automotivo adequado.	Trilha Ramal de Dourados Extensão: 24,7km. Perfil altitudinal: 315m → 280m. Percurso: 7 horas de caminhada. Nível de Dificuldade: baixo. Piso da Trilha: terra. Usos possíveis: caminhada e mountain bike em todo o	Trilha da Lagoa Verde Extensão: 1,2 km. Perfil altitudinal: 265m → 260m Percurso: 30 minutos. Nível de Dificuldade: baixo. Piso da Trilha: terra. Usos possíveis: caminhada, acessível à cadeira de rodas.	Trilha das Perobeiras Extensão: 3,5 km. Perfil altitudinal: 270m → 265m Percurso: 2 horas. Nível de Dificuldade: baixo. Piso da Trilha: terra. Usos possíveis: caminhada.

	percurso. Camping selvagem em espaço determinado. Veículos automotivos adequados só serão permitidos entre a extremidade leste desta trilha e a encruzilhada entre esta trilha e a trilha do Angelim.		
Trilha da Lagoa Verde Extensão: 1,2 km. Perfil altitudinal: 265m → 260m Percurso: 30 minutos. Nível de Dificuldade: baixo. Piso da Trilha: terra. Usos possíveis: caminhada, acessível à cadeira de rodas.	Trilha das Perobeiras Extensão: 3,5 km. Perfil altitudinal: 270m → 265m Percurso: 2 horas. Nível de Dificuldade: baixo. Piso da Trilha: terra. Usos possíveis: caminhada.	Trilha do rio Paranapanema Extensão: 2 km. Perfil altitudinal: 265m → 260m Percurso: 1 hora. Nível de Dificuldade: baixo. Piso da Trilha: terra. Usos possíveis: caminhada e mountain bike.	Trilha do Barreiro da Anta Extensão: 1,2 km Perfil altitudinal: 270m → 260m Percurso: 1 hora. Nível de Dificuldade: baixo. Piso da Trilha: terra. Usos possíveis: caminhada.

FONTE: Fundação Florestal, 2008.

Tem como principais objetivos: despertar a consciência crítica para a necessidade de conservação dos recursos naturais, culturais e históricos e da valorização das unidades de conservação; proporcionar a integração da comunidade com o parque e outras áreas naturais; estimular a participação da comunidade no manejo e proteção dessas áreas; buscar o apoio e envolvimento da comunidade para a conservação e valorização do Parque; divulgar as características históricas, culturais e ecológicas existentes na Unidade; realizar ações integradas de educação ambiental e buscar alternativas de desenvolvimento sócio-ambientais junto às comunidades circunvizinhas; e sistematizar e organizar a visita na Unidade.

Dentro do programa são encontrados os subprogramas de educação ambiental, interpretação da natureza, recreação e turismo ecológico e de eventos. As atividades acontecem por meio de atividades monitoradas e planejadas, atendendo os perfis dos visitantes. São oferecidas palestras com aparelhos multimídia e projeção de slides; eventos ecológicos em datas comemorativas; visita ao museu; realização de jogos ecológicos; caminhadas interpretativas nas trilhas; distribuem folders e o informativo INFOPEMD; hospedagem para pernoites; utilização do playground, campo de futebol e quiosques.

4.2.2 Subprograma de Recreação e Turismo Ecológico

O subprograma de recreação e turismo ecológico tem como principais objetivos elaborar atividades recreativas compatíveis com as estratégias de conservação do parque e divulgar conceitos éticos de conservação da natureza junto aos diversos visitantes.

Conta com as ações a partir do zoneamento proposto, abrir novos sítios à visitação pública, tais como as estradas do Angelim e Taquara; oferecer a observação da natureza e das belezas cênicas; realizar atividades recreativas planejadas e integradas com outras áreas de recreação da região; incluir o parque nos roteiros de turismo da região; elaborar roteiro de ecoturismo com informações sobre os diversos ambientes da unidade; capacitar funcionários para o acompanhamento dos trabalhos realizados neste subprograma; elaborar normas de utilização e código de ética para as atividades de recreação e ecoturismo e o trabalho integrado diversas organizações afins; planejar e implantar parque infantil na sede, nas imediações do campo de futebol; construir banheiros públicos para os visitantes.

Espera-se alcançar os seguintes resultados com as ações aplicadas: visitantes conscientizados sobre a importância da conservação do Parque; monitores credenciados visando à organização e acompanhamento das atividades; integração e parcerias com as organizações que atuam na área de conservação e desenvolvimento socioambiental; funcionamento da agenda de visitas; e a elaboração de um código de ética e roteiro de visitação.

Os indicadores utilizados foram o número de monitores capacitados e credenciados; o número de visitas organizadas e agendadas; visitantes contribuindo com a manutenção e conservação da área de visitação; o número de eventos recreativos e culturais realizados; conhecimento do potencial e dos impactos das atividades recreativas; e a minimização de impactos negativos nas áreas de visitação.

Os requisitos são embasados na infra-estrutura: Centro de Visitantes, sanitários, trilhas disponibilizadas à visitação com acompanhamento dos monitores. As atividades de recreação e ecoturismo devem estar relacionadas com a educação e interpretação ambiental. São necessários estudos de capacidade de carga de visitação.

4.2.3 Subprograma de Eventos

O subprograma de eventos objetiva integrar cultura e conservação da natureza para resgatar e valorizar a cultura regional e oferecer opções culturais e ecológicas à comunidade local e regional.

As ações a serem tomadas são a realização de exposições de fotos, artesanatos, cerâmicas, artísticas, entre outros; promover campanhas de conscientização; desenvolver atividades culturais, como música, folclore e artes plásticas; realizar gincanas e maratonas ecológicas; programar anualmente eventos em datas comemorativas, como o dia da Água, do Ambiente, da Árvore e do aniversário do Parque; criar um programa de rádio; produzir um calendário ecológico, com a participação da comunidade nas diversas etapas do processo.

Os resultados esperados são a realização de eventos especiais; oferecimento de atividades culturais diversas; programa ecológico de rádio (spots temáticos); divulgação e distribuição de um calendário ecológico; relacionar a cultura e conservação da natureza integradas na proteção da Unidade.

Os indicadores a serem utilizados contam com o número participante (professores, estudantes, comunidade local) nos eventos comemorativos; o número de instituições envolvidas na organização e realização das atividades; realizar audiência e participação da comunidade no programa de rádio; motivação e sensibilização da comunidade para as questões de conservação e valorização do Parque.

Os requisitos básicos para alcançar os objetivos do subprograma são os recursos financeiros existentes; a infra-estrutura disponível; a integração dos subprogramas de educação e interpretação ambiental com os demais programas de manejo em todos os eventos; e estabelecer parcerias com os órgãos governamentais e não governamentais de cultura e conservação.

4.2.4 Subprograma de Interpretação da Natureza

O Subprograma de Interpretação da Natureza têm como objetivos oferecer contato com a natureza e informações sobre o parque; interpretar os aspectos naturais e ecológicos; propagar conhecimentos e sensibilizar os visitantes quanto a importância de conservar o parque e a natureza.

Para atender os objetivos são propostas as seguintes ações: adequar o Centro de Visitantes; implantar novas trilhas; promover caminhadas monitoradas e auto guiadas; preparar exposições ecológicas; realizar palestras a respeito de temas diversos sobre o Parque; elaborar materiais interpretativos e educativos, como folhetos, painéis, roteiros, cartazes e vídeos sobre a unidade; elaborar a programação visual da área de uso público; realizar avaliações contínuas sobre o desenvolvimento da experiência de visitação qualitativa e quantitativa.

São utilizados os indicativos: trilhas implantadas; número de visitantes atendidos e monitorados; programa o visual implantada e painéis produzidos; amplia o do conhecimento dos visitantes sobre o Parque; nível de satisfa o dos usuários.

Os requisitos necessários pedem: manuten o das trilhas, do Centro de Visitantes e da programa o visual da área de uso público; conhecimento da capacidade de carga das trilhas e do Centro de Visitantes para controle do fluxo de visitantes; planejamento das condi oes de segurança nas trilhas para os diversos públicos; e a presença de monitores nas visitas às trilhas.

4.2.5 Subprograma de Educa o Ambiental

Os objetivos apresentados pelo Subprograma de Educa o Ambiental consistem em sensibilizar a comunidade sobre a importância da biodiversidade existente no parque e buscar o seu envolvimento e participa o em a oes para a sua conserva o e valoriza o; promover atividades educativas e de desenvolvimento sócio-ambiental sustentável que contribuam para a melhoria na qualidade de vida das comunidades; e estimular a mudança de comportamento por parte das comunidades circunvizinhas através do aumento das a oes ambientais positivas em prol da Unidade e do meio ambiente.

Como indicadores serão utilizado o número de programas e campanhas promovidos sobre educação ambiental; número de pessoas participantes nos cursos, campanhas e outros eventos; número de materiais educativos produzidos e divulgados; número de visitas de professores e alunos; comunidade orgulhosa pela existência e importância do parque; e participação e envolvimento das instituições de ensino na organização e realização das atividades educativas.

Os requisitos básicos são os recursos financeiros para a ampliação e reforma do Centro de visitantes, aquisição e manutenção de equipamento áudio visual; demais infra-estruturas implementadas e adequadas ao uso público; e ampliação e capacitação da equipe de uso público.

As ações necessárias para colocar em prática o subprograma são: promover cursos para professores, estudantes e jovens; oferecer oficinas educativas, usando os recursos naturais disponíveis; proporcionar condições para a realização de estudo do meio pelos professores e estudantes; estimular campanhas de conscientização em prol da conservação; empreender ações educativas integradas com a comunidade para amenizar problemas específicos como a caça, incêndios, invasão de animais domésticos e outros; elaborar materiais educativos; realizar palestras, debates e projeções de vídeos para a comunidade; elaborar cadastro das pesquisas em desenvolvimento na Unidade para subsidiar as atividades; elaborar atividades especiais para o período de férias escolares com a participação de pesquisadores; implementar e inovar as atividades educativas oferecidas aos diversos tipos de público; avaliar as atividades desenvolvidas em educação ambiental; oferecer programas integrados com os proprietários vizinhos ao parque; realizar cursos e oficinas de capacitação para grupos da comunidade; promover fóruns, workshops e reuniões para discussões e planejamento de atividades relacionadas à proteção; estimular a criação de grupos de apoio e agentes ambientais voluntários; capacitação de grupos de apoio e agentes ambientais voluntários; desenvolver atividades educativas em parceria com o Conselho Consultivo, principalmente com os moradores da zona de amortecimento; organizar reuniões e oficinas para a divulgação do Plano de Manejo à comunidade circunvizinha para compreensão e participação na sua implantação; e estabelecer parcerias com as diversas organizações para o desenvolvimento das atividades de educação ambiental com a comunidade localizada na Zona de Amortecimento.

Os resultados esperados diante das ações propostas pelo plano de manejo são: a comunidade informada e sensibilizada sobre a importância da conservação do PEMD para a sua qualidade de vida; desenvolvimento de projetos, atividades e de campanhas, pelas escolas

do município, envolvendo a conservação e proteção ambiental do parque; materiais informativos sobre o PEMD produzidos e distribuídos à comunidade; esta informada sobre a biodiversidade existente e as ações humanas que geram benefícios à proteção ou que implicam em ameaças à conservação da unidade; e a comunidade mobilizada em prol da diminuição de ameaças, como a caça, incêndios, invasão de animais domésticos e outros.

4.2.6 Levantamento da potencialidade e atrativos turísticos no PEMD

Os levantamentos de campo no PEMD ocorreram entre os dias 26 e 27 de abril de 2009. O Parque Estadual do Morro do Diabo é um modelo a ser seguido e estudado quando se trata de desenvolvimento da Educação Ambiental por meio de atividades lúdicas e atrativos turísticos. Iniciou os projetos na área a partir da década de 1980, isso revela que foram anos de luta, pesquisas e iniciativas por parte dos administradores do parque para chegarem ao estágio atual de infra-estrutura e planejamento.

A Foto 10 é uma fotografia aérea que evidencia a elevação do Morro numa paisagem mais aplainada, característica do Pontal do Paranapanema devido as transformações socioambientais ocorridas ao longo de sua história. A Foto 11 é a vista da parte mais alta do Morro do Diabo, para se chegar ao local percorre-se a Trilha do Morro do Diabo.



Foto 10 – vista aérea do Morro do Diabo.
FONTE: desconhecida.



Foto 11 – Vista do ponto mais alto do Morro do Diabo.

FONTE: Acervo pessoal de Grace B. Alves, 2007.

Os subprogramas de uso público estão em constante aprimoramento. Isso pode ser constatado pela publicação do Relatório de Uso Público de 2008, pelas fotos capturadas (Fotos 12 à 21) e acompanhamento de atividade em grupo durante o trabalho de campo. A infra-estrutura básica e a infra-estrutura da sede estão em permanente conservação. Atividades de educação ambiental, como a exposição de vídeos, oficinas, entre outros, são realizados no Centro de Visitantes (Foto 12) e no Museu Natural do Parque (Foto 13). No museu são encontrados animais empalhados ou armazenados no formol, encontrados mortos no parque e no seu entorno. A visualização destes animais torna a visita mais interessante. Mesmo não encontrando nos passeios, as pessoas podem ficar próximas e terem uma melhor noção de proporção e tamanho deles.



Foto 12 – Centro de visitantes.

FONTE: a autora.



Foto 13 – Animais do Museu Natural do PEMD.

FONTE: a autora.

São encontradas em toda área de acesso público placas informativas, entre elas, o mapa de localização e informações do parque (Foto 14); placas indicativas das trilhas (Foto

15); placas explicam sobre acontecimentos históricos e ambientais referentes ao parque (Fotos 16 e 17). Essas sinalizações são importantes para os visitantes se sensibilizarem sobre os problemas ambientais e registrarem os marcos históricos por meio de fotografias ou filmagens e divulgarem na cidade de origem.



Foto 14 – mapa de localização e informações do PEMD.
FONTE: a autora.



Foto 15 – Placa indicando a entrada da Trilha da Lagoa Verde.
FONTE: a autora.



Foto 16 – Placa em forma de anta para explicar um crime ambiental.
FONTE: a autora.



Foto 17 – Cemitério simbólico de animais mortos por atropelamento e caçadores.
FONTE: a autora.

Ao acompanhar um grupo escolar no parque (Foto 18), a monitora orientou como devem se portar na trilha e a importância do silêncio para avistar os animais; forneceu informações sobre a biodiversidade do parque e a importância de preservá-la; e informações históricas sobre o nome e a origem da unidade, demonstrando domínio no conhecimento a respeito do parque.



Foto 18 – Grupo escolar monitorado por guia do PEMD.
FONTE: a autora.

A unidade também oferece hospedagem para visitantes de modelo rústico e confortável. Comporta uma cozinha comunitária, caso os grupos queiram cozinhar ou armazenar mantimentos. Os grupos e interessados podem se alojar pagando uma taxa diária e é necessário fazer um agendamento prévio para a instalação. O que ajuda na contagem de visitantes e grupos realizados durante o ano.

Após a visita do grupo, foi possível conhecer a nova trilha do parque: “O Barreiro da Anta” que na data do trabalho de campo não estava aberta ao público. Ao longo do trajeto foi possível registrar as marcas das garras de onça-pintada na árvore (Foto 19) e ao andar pela passarela de madeira (Foto 20) puderam ser encontradas as suas marcas de patas (Foto 21).

A trilha é de nível de dificuldade baixo, porém, a presença de rastros deixados pela onça-pintada proporciona adrenalina por saber que aquele animal selvagem passou pelo local e também que pode retornar. Todos os monitores, por motivos de segurança, carregam com uma buzina para afastar o animal caso ele apareça.



Foto 19 - Marcas de garras deixadas pela onça-pintada na trilha Barreiro da Anta.
FONTE: a autora.



Foto 20 – Passarela de madeira na trilha Barreiro da Anta.
FONTE: a autora.



Foto 21 – Pegada de onça-pintada encontrada na trilha Barreiro da Anta.
FONTE: a autora.

As viagens realizadas até o parque sugerem a elaboração de roteiros turísticos integrando os municípios e agentes interessados, além da integração social entre comunidades das diferentes regiões que podem trocar experiências sobre áreas naturais já visitadas e sobre os costumes de cada região. Essas são as verdadeiras ações que o ecoturismo pode beneficiar para um meio: o respeito e o diálogo com a comunidade local, geração de empregos, a conservação dos recursos naturais, a valorização dos costumes regionais, a conscientização de turistas e ecoturistas quanto a importância da existência de um unidade de conservação e a interação social destes.

4.3 Proposta de roteiro turístico x contribuição das universidades e municípios

O Morro do Diabo é um atrativo particularmente imponente que chama atenção no relevo aplanado do Pontal do Paranapanema. É a representação do pouco que resta da Mata Atlântica na região. Uma visita somente ao Morro já são garantidos dias de lazer e conhecimento a respeito da preservação da fauna e flora; e do processo histórico do Pontal do Paranapanema. Porém, o município de Rosana que está aproximadamente a 92 km de distância de Teodoro Sampaio, oferece atrativos turísticos e é um dos pontos de partida para chegar ao rio Baía.

O município de Rosana possui um balneário municipal (Foto 22) com infra-estrutura necessária para receber os visitantes: banheiros, restaurante, quiosques, lanchonetes, área para camping, telefones públicos e *play ground*. Em algumas festividades, o balneário é utilizado para apresentação de *shows* e outras apresentações. O município e o distrito Primavera oferecem hospedagem em hotéis ou pousadas, restaurantes, lanchonetes, supermercados, farmácias e outros estabelecimentos.



Foto 22 – Balneário Municipal de Rosana.
FONTE: Site Prefeitura Municipal de Rosana, 2008.

No distrito ainda podem ser visitados o Horto Florestal da CESP para conhecer o viveiro de mudas, a Casa da Cultura, a igreja em forma de proa de barco e o Museu de Memória Regional (Foto 23). O museu é um projeto da CESP e contribui para a preservação e divulgação das histórias e culturas dos municípios próximos ao rio Paraná. Os estagiários são estudantes universitários da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Rosana.



Foto 23 – Parte interna do Museu de Memória Regional.
FONTE: Site Fundação Energia e Saneamento, 2009.

Apenas a 5 km de distância de Primavera está a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, localizado no rio Paraná, 28 km a montante da confluência com o rio Paranapanema, é a barragem mais extensa do Brasil (Foto 24). As normas para as visitas na usina são instruídas pelos responsáveis sendo da obrigação destes fornecerem equipamentos de segurança, é necessário fazer uma agendamento para conhecê-lo. Entre os locais a serem visitados, destacam-se a escada e elevador para peixes e a eclusa.



Foto 24 – Barragem da Hidrelétrica Eng.º. Sérgio Motta.
 FONTE: Acervo pessoal de Raquel M. Nicolosi, 2006.

O PEMD apresenta normas de conduta durante a estadia, orientam os visitantes os tipos de vestimenta e acessórios básicos que todos devem possuir. O passeio no rio Baía é realizado por barcos e será necessário os turistas vestirem roupas leves, calça e tênis. Diante da exposição do sol é necessária a utilização de boné, chapéu, óculos escuro e protetor solar. Para avistar os animais é interessante estar equipado com binóculos, máquinas de fotografar e filmar. Recomenda-se que estejam portados de água e lanche, pois o passeio dura em média 5 horas.

Muitas das informações a respeito das características do rio, fauna/flora, fornecimento de colete salva-vidas, a postura a ser adquirida ao longo do trajeto e tirar dúvidas sobre curiosidades dos turistas, são de responsabilidade dos pilotos. Estes devem participar de cursos de capacitação de guias de turismo. O projeto NATUR (Natureza Turística de Rosana) toma a frente essa iniciativa para que seja elaborado o planejamento participativo. O projeto está sob coordenação de Rodrigo Gomes Guimarães. Realiza pesquisas para a formação de planejamento em ecoturismo com base comunitária nas populações ribeirinhas.

A Figura 5 representa a proposta de um Roteiro Ecoturístico na Raia Divisória São Paulo- Paraná- Mato Grosso do Sul com o objetivo de promover o ecoturismo na região, a parceria entre os estados e universidades. O roteiro pode ser aprimorado por um Mapa Turístico com elementos pictóricos dos atrativos ou fotografias conforme apresentado pelas Figuras 6 e 7 e divulgados na região e no Brasil. As distâncias entre os principais municípios destacados no roteiro são:

- Presidente Prudente – Teodoro Sampaio: 114 km pelas Rodovias Olímpio Ferreira da Silva e Euclides de Oliveira Figueiredo. O trajeto de carro dura em torno de 1h40 minutos.
- Londrina – Teodoro Sampaio: 179 km pela PR-340 com duração em média de 2h45 minutos de carro.
- Maringá – Teodoro Sampaio: 147 km pela BR-158 e BR-376 a viagem demora aproximadamente 2h10 minutos.
- Teodoro Sampaio – Rosana: 92,1 km seguindo na direção sudoeste da Estrada Paraná e continuando pela Rodovia Arlindo Bettio. O trajeto dura em torno de 1h15 minutos.

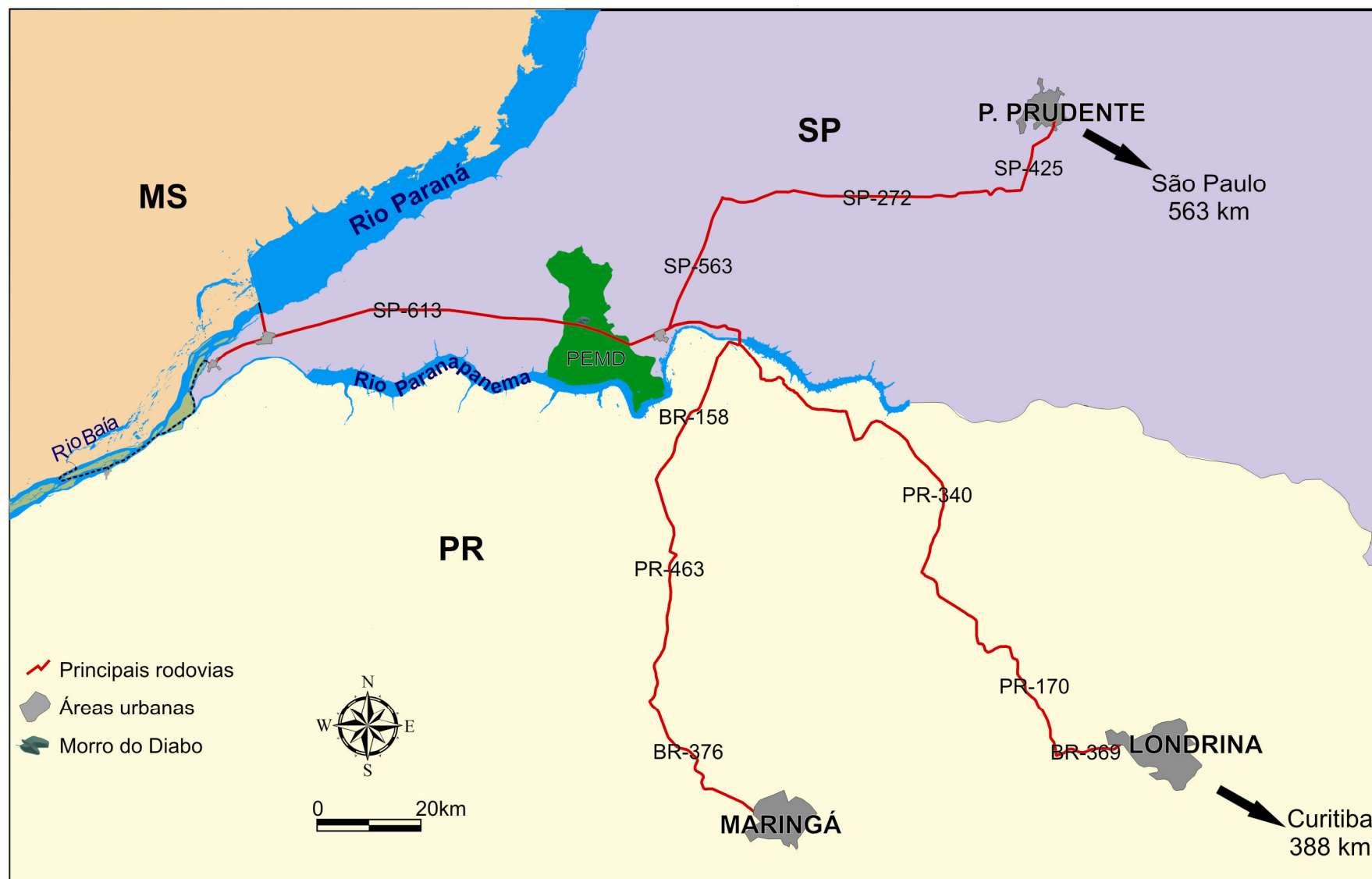


Figura 5 – Proposta de Roteiro Ecoturístico na Raia Divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul.

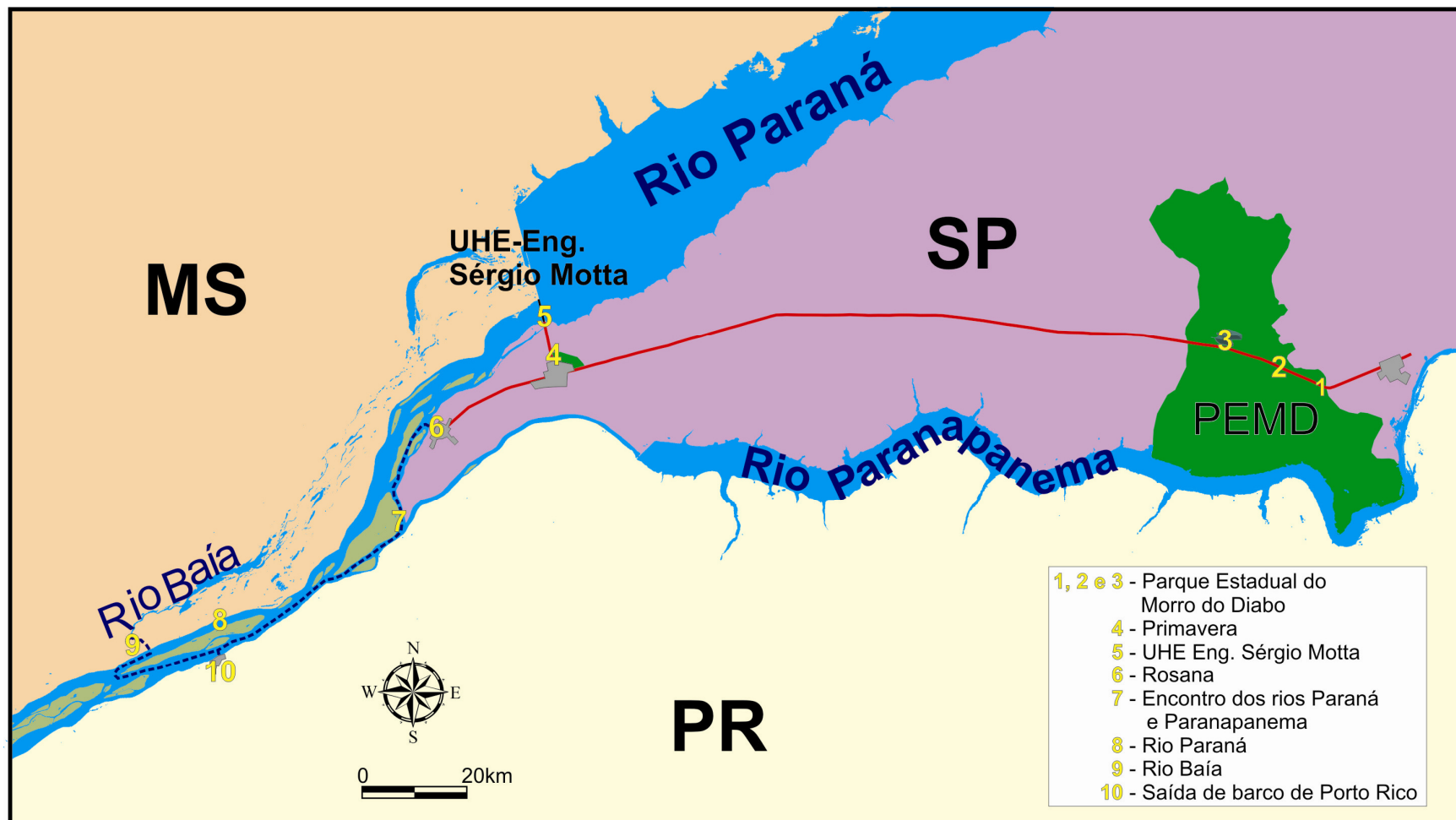
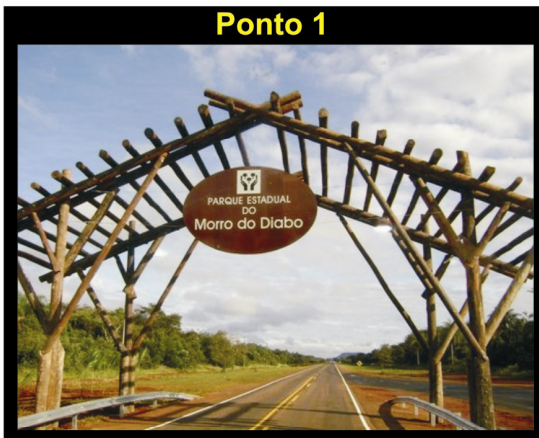


Figura 6 - Pontos que podem ser visitados na proposta de Roteiro Ecoturístico na Raia Divisória SP-PR-MS.

ROTEIRO ECOTURÍSTICO DA RAIA DIVISÓRIA SP-PR-MS

Ponto 1



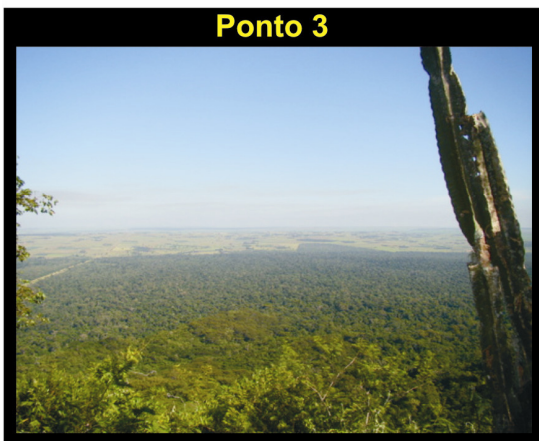
Entrada do Parque Estadual do Morro do Diabo

Ponto 2



Dependências do Parque e a vista do Morro.

Ponto 3



Vista do cume do Morro do Diabo

Ponto 4



Distrito de Primavera - Rosana-SP.

Ponto 5

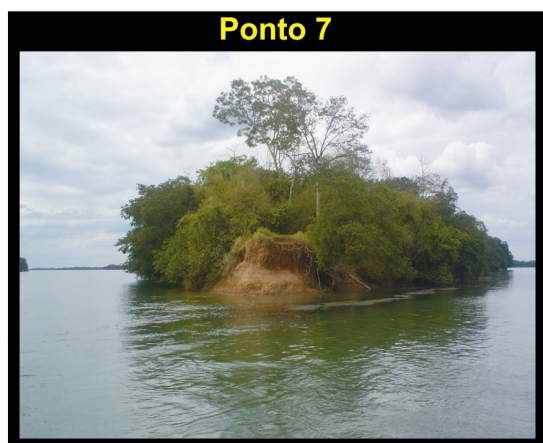


Usina Hidrelétrica Engº. Sérgio Motta

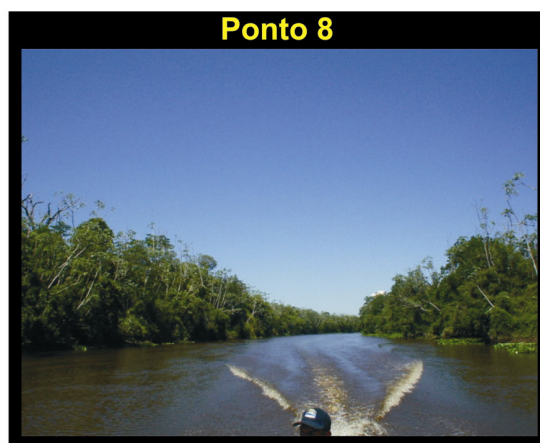
Ponto 6



Balneário do município de Rosana e saída de barco para o Rio Baía pelo Rio Paraná



*Encontro dos rios Paraná e Paranapanema
no município de Rosana*



Rio Paraná



Rio Baía



Saída de barco de Porto Rico-PR

Figura 7 - Fotos dos pontos da proposta de Roteiro Ecoturístico na Raia Divisória SP-PR-MS.

A Figura 7 é o esboço do Roteiro Ecoturístico ressaltando os pontos a serem visitados com fotografias dos locais para que o turista tenha uma identificação visual e que pode complementar a elaboração de um Mapa Turístico. A proposta é o início do roteiro no Morro do Diabo em direção à Rosana até chegar ao rio Baía. Os pontos estão representados:

- Ponto 1: entrada do Parque Estadual do Morro do Diabo;
- Ponto 2: dependências do parque e a vista do Morro;
- Ponto 3: vista da parte mais alta do Morro do Diabo;
- Ponto 4: distrito Primavera;
- Ponto 5: Usina Hidrelétrica Eng.º. Sérgio Motta;
- Ponto 6: Balneário Municipal de Rosana e saída de barco para o rio Baía pelo rio Paraná;
- Ponto 7: encontro dos rios Paraná e Paranapanema no município de Rosana;
- Ponto 8: rio Paraná;

- Ponto 9: passeio de barco no rio Baía;
- Ponto 10: saída de barco de Porto Rico/PR.

O município de Rosana e o seu distrito Primavera, além de apresentarem atrativos turísticos, infra-estrutura, e potenciais que podem ser desenvolvidos. É beneficiado pela presença do curso de Turismo da UNESP que realizou e realiza diversas pesquisas em várias áreas (turismo cultural, turismo rural, turismo de pesca) para o desenvolvimento do turismo no município e na região. Como o projeto NATUR, os estágios realizados no Museu da CESP. É um apoio maior para os membros da comunidade, pois é uma instituição renomada e respeitada, o que a torna a principal ligação entre moradores e os órgãos públicos e privados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As problemáticas ambientais são os temas mais abordados na atualidade. Nos veículos de comunicação são apresentadas mobilizações por parte de ONGs ambientais, encontros entre países para resolver de forma diplomática e eficiente os problemas, desenvolvimento de iniciativas privadas e públicas, produções científicas em universidades e outras instituições. É uma corrida contra o tempo diante das transformações socioeconômicas sofridas no mundo inteiro, onde os recursos naturais foram devastados.

A criação das unidades de conservação é importante para assegurar a preservação de fauna e flora pelos meios legais, o desenvolvimento de pesquisas, e a possibilidade de desenvolver o turismo responsável conciliado com práticas de educação ambiental. A Europa é um dos continentes pioneiros no desenvolvimento de turismo em áreas naturais, assim como, o fortalecimento e desenvolvimento de políticas e parcerias entre os países da União Européia.

O curso de turismo e os agentes dessa área devem estar inseridos na temática, principalmente, quando desenvolvidas atividades que são utilizadas os recursos naturais como ocorre em unidades de conservação. Devem obter conhecimento da situação global de áreas protegidas, obedecer as leis desenvolvidas pelo SNUC e aplicar na região ou localidade de interesse. O planejamento deve estar embasado no desenvolvimento de pesquisas científicas com base comunitária.

A participação dos moradores locais é fundamental para a elaboração do planejamento, pois os seus conhecimentos regionais ajudam no desenvolvimento de atrativos; tem no turismo mais uma forma de geração de renda e valorizam a cultura regional, tornando verdadeiros agentes de educação ambiental.

A região do Pontal do Paranapanema ficou marcada durante anos pela devastação da mata nativa, pela grilagem de terras, pelos movimentos sociais (MST), pela construção de usinas hidrelétricas, chamando atenção apenas de grandes fazendeiros e afugentando turistas. Porém, essa imagem está mudando, pois o Parque Estadual do Morro do Diabo é um exemplo de resistência e luta contra a devastação, destaca-se na paisagem aplainada e apresenta um pouco do que resta de Mata Atlântica. Concilia o desenvolvimento de pesquisas e a prática do ecoturismo e educação ambiental de forma harmônica.

O rio Baía também é um representante da resistência e conservação de um ecossistema frágil numa grande região de várzea incisa na Mata Atlântica. O ecoturismo deve ser um dos

responsáveis para que o manejo na área seja realizado de forma responsável e que proporcione uma visão mais ampla aos visitantes focando a importância de preservá-la, assim como em qualquer outro destino de ecoturismo. O que se pode aprender nesse passeio, pode ser repassado e realizado pelos visitantes em outros lugares.

A proposta de roteiro ecoturístico sugerido na Raia Divisória SP-PR-MS entre outros projetos já desenvolvidos na região, é um dos meios de realizar uma integração e parceria entre os estados, desenvolver e fortalecer políticas públicas, gerar receitas, unir pesquisadores das universidades estaduais próximas, como o curso de Turismo da UNESP de Rosana e a Universidade Estadual de Maringá, representado pelo Nupélia e também pelo curso de graduação e pós-graduação em Geografia. Os trabalhos realizados em parceria com uma equipe multidisciplinar, facilitam o desenvolvimento e aplicação de projetos, assim como, a aquisição de recursos financeiros necessários.

Referências

- AB'SÁBER, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ACERENZA, M. A. *Administração do turismo: conceituação e organização*. Tradução de Graciela Rabuske. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 1 v.
- ALMEIDA, A. C. Paisagens: um patrimônio e um recurso. In: JACINTO, J.; BENTO, V. (Coord.). *O interior raiano do Centro de Portugal: outras fronteiras, novos intercâmbios*. Portugal: Campo das Letras, 2006.
- ARAÚJO, A. P. C.; ROCHA, L. R. J. Do espaço vivido ao sonho construído: identidade territorial e turismo na Estrada Parque Pantanal. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros- Seção Três Lagoas- MS*. Disponível em <<http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/Revista9maio/Artigo1-AnaPaulaCorreiaDeAraujo-LuizRicardoJuliaoRocha.pdf>>. Acesso em 14 out. 2009.
- BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 10 ed. São Paulo: Senac, 1997.
- BERTRAND, G. *Paisagem e geografia física global: esboço metodológico*. Caderno de Ciências da Terra, São Paulo: USP/IG, 1971.
- BRASIL. Grupo de trabalho interministerial MIC/MMA. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília, DF, 1994.
- BRASIL. Lei n 9.985, de 18 de julho de 2000. *Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências*. Brasília, DF, 2000.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Ecoturismo: orientações básicas*. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Roteirização turística*. Brasília, DF, 2007.
- CONSUMER EROSKI. *Los parques naturales y nacionales en resumen*. Disponível em <<http://parquesnaturales.consumer.es/documentos/genericas/informe/index.php>>. Acesso em 24 out. 2009.
- COSTA, P. C. P.; ROSSI, P. R.; SHUMAHAR, S. M. Reflexões finais: a real contribuição do ecoturismo para a natureza. In: NEIMAN, Z (Org.). *Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo*. Barueri: Manole, 2002.
- CORIOLOANO, L. N. M. T.; SILVA, S. C. B. M. Turismo e Geografia: abordagens críticas. Fortaleza: UECE, 2005.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. A utopia da sustentabilidade no turismo. In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; PERDIGÃO, F. P. *O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: UECE, 2007.

CUNHA, L. Algumas reflexões acerca da sustentabilidade do turismo na Região Centro de Portugal. In: (____) (Coord.). *O interior raiano do Centro de Portugal: outras fronteiras, novos intercâmbios*. Portugal: Campo das Letras, 2006.

DICIONÁRIO AURÉLIO ONLINE. Disponível em
<<http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Ginseng>>. Acesso em 11 jan. 2010.

DENCKER, A. F. M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. 8. ed. São Paulo: Futura, 1998.

D'OLIVEIRA E.; BURSZTYN I.; BADIN L. Parque Nacional do Iguaçu. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, n. 4, 2002. Disponível em
<<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=23&layout=abstract>>. Acesso em: 23 out. 2009.

FARIA, H. H. *Eficácia de gestão de Unidades de Conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil*. 2004. 399 f. Tese (Doutor em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FEDERAÇÃO EUROPARC. <Disponível em <http://www.europarc.org/>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. *Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP)*. Estud. e av. [online]. 2001, v. 15, n. 43, pp. 239-254. ISSN 0103-4014. <Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a18.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2009.

FIGUEIREDO, L. A. V. Ecoturismo e participação popular no manejo de áreas protegidas: aspectos conceituais, educativos e reflexões. In: RODRIGUES, A. B. *Turismo e ambiente: reflexões e propostas*. 3ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. *Relatório de Uso Público Parque Estadual do Morro do Diabo*. São Paulo, 2008.

IGNARRA, L. R. *Fundamentos do turismo*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira, 2003.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO MATO GROSSO DO SUL. *Plano de Manejo do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema*. Campo Grande: IMASUL, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Geociências. *Mapa de Vegetação do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 1 mapa, color. Escala 1:5.000.000.

INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE. *Áreas Protegidas*. Disponível em
<<http://portal.icn.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Áreas+Protegidas/>>. Acesso em 01 dez. 2009.

INSTITUTO FLORESTAL. *Parque Estadual do Morro do Diabo: plano de manejo*. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2006.

MAMEDE, S. B.; ALHO, C. J. R. Turismo de contemplação de mamíferos do Pantanal: alternativa para o uso sustentável da fauna. In: *SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONOMICO DO PANTANAL*. IV Simpósio sobre Recursos Naturais e sócio-econômico do Pantanal. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2004.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. *Ecoturismo no Brasil*. Barueri: Manole, 2005.

OLEAGA, R.; MARAURI, I. Murcia es uma de las pocas comunidades que no cuenta con reservas de la Biosfera. *Revista CONSUMER EROSKI la revista del consumidor hoy*. Nota de prensa, Guia de Parques, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Turismo internacional: uma perspectiva*. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PASSOS, M. M. *A raia divisória: geossistema, paisagem e eco-história*. Maringá: Eduem, 2006-2008. 1 v.

PASSOS, M. M. *Dinâmicas sócioambientais, desenvolvimento local e sustentabilidade na Raia Divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul*. Presidente Prudente, 2005.

PIRES, P. S. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: SENAC, 2002.

PORTUGAL. Decreto-lei n.º 67, de 10 de abril de 2008. *Diário Oficial [da] República Federativa de Portugal*. Disponível em <<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasActividade/qualificacaooferta/classificacaoequalidade/ofertaturisticaclassificada/Pages/NovaLeidasRegioesdeTurismo.aspx>>. Acesso em 01 dez. 2009.

PORTUGAL. Resolução de Conselho de Ministros n.º 112, de 25 de agosto de 1998. *Diário Oficial [da] República Federativa de Portugal*. Disponível em <<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/legislacao/licenciamentoeutilidadeturistica/turismonatureza/Pages/TurismoNatureza.aspx>>. Acesso em 01 dez. 2009.

QUEIROZ, H. L.; PERALTA, N. Reserva de Desenvolvimento Sustentável: manejo integrado dos recursos naturais e gestão participativa. In: GARAY, I.; BECKER, B. K. *Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2006.

ROSS, J. L. S. (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

ROTTA, M. A. et al. *Ecoturismo no Pantanal*. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2006.

SANTOS, C. Imagem turística: uma introdução ao entendimento espacial do turismo. *Revista UNIBERO de Turismo e Hotelaria*. São Paulo, 2004. Disponível em <http://www.unibero.edu.br/nucleosuni_revturismo_sumario.asp>. Acesso em 14 out. 2009.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SECRETARIA MUNICIPAL TURISMO. *Inventário da oferta turística de Foz do Iguaçu*. Foz do Iguaçu: Departamento de Desenvolvimento de Turismo, 2008.

RUSCHMANN, D. V. M. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. *O comportamento do consumidor no turismo*. Tradução de Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2002.

TRIGO, L. G. G. *Viagem na memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil*. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: SENAC, 2000.

VIEIRA, A.; CUNHA, L. A importância dos elementos geomorfológicos na valorização da paisagem: exemplos em morfologias cársticas e graníticas. In: IX COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA. *Actas do IX Colóquio Ibérico de Geografia*. Huelva, 2003.

WWF-BRASIL. *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília, DF, 2003.

YAZIGI, E. (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.